

DÁRIO GABRIEL/FOLHA IMAGEM



Vítima de violência, Maria da Penha Fernandes dá nome à lei que aumenta pena contra agressores

SEGURANÇA

Combate à violência mobiliza o Congresso

Câmara e Senado vão criar comissão para analisar propostas na área de segurança que incluem as 13 sugestões trazidas ao Legislativo pelos governadores do Sudeste na semana passada. Grupo de trabalho da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania começa nesta semana a estudar mudanças na legislação, como a possibilidade de fusão das polícias militar e civil. Resultados serão apresentados em 30 dias.

Quando o medo é mais forte que a lei

Sancionada há sete meses, Lei Maria da Penha chega ao Dia Internacional da Mulher enfrentando a cultura do silêncio, que expõe o medo da vítima em denunciar o agressor.

PÁGINAS 7 A 9

Senadores buscam explicações para queda na qualidade do ensino

PÁGINA 13

Incluído no PAC, uso do FGTS em obras de infra-estrutura sofre forte resistência

PÁGINA 10

Simplificada autorização de plantio de transgênicos

Senado aprova medida provisória com alterações feitas pela Câmara, facilitando o plantio de organismos geneticamente modificados inclusive em áreas de proteção ambiental. Debates em comissões sobre mudanças climáticas devem envolver dois ministros e o ex-vice-presidente dos EUA Al Gore.

PÁGINAS 4 E 5

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

AGORA É LEI

Página 17

cidadania

O que está por trás do “sim” no altar

Além de representar a vontade dos noivos de constituir uma família, o casamento gera implicações legais que envolvem renda e patrimônio.

PÁGINA 20



Preparativos para o casamento vão muito além da escolha do vestido ou do terno: responsabilidades e cuidado mútuo

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL



...CORREIOS...

...CORREIOS...

PARTIDOS



Inácio Arruda (no alto), Marcelo Crivella e José Nery atacaram a nova forma de distribuição do Fundo Partidário

Senado aprova novo rateio do Fundo Partidário

O Senado aprovou o projeto de lei da Câmara (PLC 7/07) que determina a distribuição de 95% das verbas do Fundo Partidário na proporção dos votos obtidos por partido na última eleição geral para a Câmara dos Deputados. A repartição dos 5% restantes será feita igualmente entre todos os partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O projeto segue, agora, à sanção presidencial.

Por tramitar em regime de urgência, o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi dado em Plenário pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI). A rapidez na votação pelo Senado gerou protestos dos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e José Nery (PSOL-PA), todos contrários a sua aprovação.

– Querem criar um condomínio para os grandes partidos dividirem os recursos públicos e se perpetuarem no poder? – perguntou Crivella.

Na opinião de Inácio Arruda, a aprovação da medida fere o princípio da razoabilidade e dificulta a ascensão dos pequenos partidos. Para José Nery, a iniciativa afronta a “jovem democracia

construída no país” e pode asfixiar as legendas menores.

Defensores dizem que proposta não massacra pequenos

Além de Heráclito Fortes, três senadores se manifestaram favoráveis ao PLC 7/07: Wellington Salgado (PMDB-MG), Renato Casagrande (PSB-ES) e Ideli Salvatti (PT-SC). Enquanto o peemedebista afirmou que os repasses do fundo devem ser compatíveis com o tamanho dos partidos, Renato Casagrande disse que a medida não massacra os partidos menores e ainda valoriza a distribuição de recursos em função da manifestação do eleitorado. Ideli também considerou legítimo que o repasse da maior parte das verbas esteja atrelada ao critério do voto popular.

Na contramão do projeto aprovado no Senado, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) havia determinado anteriormente que 42% dos recursos do Fundo Partidário deveriam ser distribuídos igualmente entre todos os partidos, medida considerada excessiva pelas grandes agremiações partidárias. O fundo prevê este ano a distribuição de R\$ 126 milhões entre 28 partidos, de acordo com informações do TSE.



Heráclito Fortes (no alto), Ideli Salvatti e Wellington Salgado se disseram favoráveis à redistribuição

Comissão reinstalou cláusula de barreira

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira proposta de emenda à Constituição (PEC 2/07), de autoria do senador Marco Maciel (PFL-PE), que restabelece a chamada cláusula de barreira – ou cláusula de desempenho, como prefere o autor –, que impõe restrições ao funcionamento parlamentar de partidos que não alcancem determinado patamar de votos nas eleições para a Câmara dos Deputados. A proposta segue agora para votação do Plenário e poderá valer já nas próximas eleições.

Conforme a proposta, a lei poderá estabelecer distinções entre os partidos que obtiverem um mínimo de 5% de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados, com um mínimo de 2% dos votos em cada um desses estados na mesma eleição, e os partidos que não atingirem esse patamar.

“Balcões de negócios”

O relator da matéria, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), ao apoiar a PEC de Maciel, criticou duramente os partidos políticos que fazem de suas agremiações “autênticos balcões de negócios”. Disse que a “pica-

retagem” impera nas chamadas coligações partidárias e que a proposta tem por meta principal enxugar o quadro partidário. Para ele, a proliferação de partidos cria dificuldades para o próprio funcionamento do Poder Legislativo e contribui para um distanciamento entre a população e seus representantes.

O relator disse que nesta legislatura, iniciada em 1º de fevereiro, nada menos do que 54 parlamentares já trocaram de partido. Para ele, a legenda que não atingir a cláusula de desempenho deve ir para a rua lutar pelo fortalecimento de sua agremiação.

Jarbas Vasconcelos critica partido que vira “balcão de negócios”

– É só a gente ir ali na Câmara dos Deputados para encontrar vários malandros que estão vendendo vergonhosamente os seus partidos – ressaltou.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a cláusula de barreira, por considerar que ela fere a Constituição federal. Os ministros entenderam que tal instituto fere o estado democrático de direito e o pluralismo político. A cláusula de barreira constava da Lei 9.096 de 19 de setembro de 1995, que impunha restrições ao funcionamento parlamentar dos partidos que não alcançassem, na eleição para a Câmara dos Deputados, determinado patamar de votos.



Marco Maciel (C) defende na CCJ sua proposta de emenda que institui “cláusula de desempenho”

PCdoB apresenta voto contra proposição

O PCdoB, por intermédio do senador Inácio Arruda (CE), apresentou verbalmente voto em separado contrário à aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 2/07) que restabelece a chamada cláusula de barreira.

Em uma longa explanação, Inácio Arruda tentou convencer o plenário da CCJ de que o chamado quociente eleitoral, constante da legislação partidária, representa reais impedimentos para que partidos que não al-

cancem determinado número de votos não elejam um representante para a Câmara. Para ele, o quociente é, na prática, uma cláusula de barreira. O senador informou que, no seu estado, qualquer partido tem de receber nas urnas, no mínimo, 180 mil votos para eleger um deputado.

Inácio Arruda deixou claro que a PEC, bem como as outras de igual teor, “fere o estado de direito e cria um clube restrito a quatro ou seis partidos”, impedindo, conforme observou, que

pequenas agremiações possam ter representatividade no Congresso. Mas seus argumentos não tiveram coro na Comissão de Justiça.

Temeroso de que o Supremo Tribunal Federal (STF) considere a PEC inconstitucional, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou a apresentação de emenda abrindo uma brecha para que duas ou mais agremiações partidárias possam constituir uma federação de partidos.

Simon defende nova legislação partidária

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu uma nova legislação partidária, via enxugamento dos partidos com atuação no Legislativo, que, observou, poderiam ser reduzidos a apenas quatro – atualmente existem 28 partidos registrados no TSE. Ele também criticou a postura do STF de se “intrometer” nos trabalhos do Legislativo, ao derrubar a cláusula de barreira. Para Simon, trata-se de uma questão congressual e, portanto, deve ser

examinada na discussão da reforma política, que deve entrar em pauta ainda neste semestre.

– O Poder Judiciário não foi feliz ao examinar a cláusula de barreira. O STF, no mínimo, deveria chamar o presidente do Congresso para debater a matéria – salientou Simon, ao defender a rápida aprovação dos dispositivos que instituem a fidelidade partidária, o financiamento público de campanha e o voto em lista partidária.

MEIO AMBIENTE Passa no Senado MP que prevê OGMs em área de proteção e reduz quórum de decisão da CTNBio

Novas regras para cultivo transgênico

O plantio de transgênicos poderá ser realizado em áreas de proteção ambiental e nas faixas que circundam as demais modalidades de unidades de conservação. É o que determina o projeto aprovado pelo Plenário do Senado. Proveniente da Medida Provisória 327/06, o texto (PLV 29/06) foi alterado pelos deputados, que, entre outras modificações, incluíram autorização para a comercialização de fibras de algodoeiros geneticamente modificados.

O projeto, que impede a pesquisa e o cultivo de transgênicos em terras indígenas, flexibiliza as regras para o plantio dos organismos geneticamente modificados (OGMs) nas áreas em torno das unidades de conservação, até que seja aprovado seu respectivo

plano de manejo.

A proposição modifica a lei que trata dos organismos geneticamente modificados (Lei 11.105/05) para permitir que as decisões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) sejam tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta – 14 votos dos seus 27 membros. Atualmente são necessários os votos de dois terços dos integrantes da CTNBio.

O relator-revisor da matéria, Delcídio Amaral (PT-MS), ofereceu parecer favorável ao texto e explicou as condições para a comercialização de fibras de algodoeiros transgênicos.

– A utilização dos caroços para produção de biodiesel deve ser precedida de informação ao Ministério da Agricultura, ocasião

em que será informada a quantidade a ser utilizada e o local de processamento. A biomassa, resultante da produção de biodiesel, deverá ser destruída – disse.

Aloizio Mercadante (PT-SP) manifestou posição contrária às emendas da Câmara e condenou o uso de algodão transgênico “sem autorização da CTNBio”.

Para Osmar Dias (PDT-PR), José Agripino (PFL-RN) e Kátia Abreu (PFL-TO), impedir os cultivos transgênicos representa andar “na contramão da história”. Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Marconi Perillo (PSDB-GO) também apoiaram o projeto.

Em posição contrária, José Nery (PSOL-PA), Sibá Machado (PT-AC) e Serys Shessarenko (PT-MT) criticaram as emendas apresentadas pela Câmara.

Serys aponta crescimento da consciência ambiental

Recém-chegada de um seminário parlamentar em Washington acerca das mudanças climáticas globais, Serys Shessarenko (PT-MT) disse ter voltado com a impressão de que consciência ambiental cresceu bastante, inclusive entre os empresários. O encontro foi promovido pelo G8+5, grupo dos oito países mais desenvolvidos: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Rússia, e cinco emergentes: Brasil, China, Índia, México e África do Sul.

A parlamentar elogiou a iniciativa – segundo ela a primeira a reunir parlamentares para o debate de um tema que a cada dia fica mais urgente –, e sugeriu amplo debate no Brasil, preparatório aos próximos encontros – na Alemanha, em junho, e no Japão, em janeiro de 2008 –, de modo que os

parlamentares brasileiros compareçam às discussões com propostas concretas.

A senadora observou que, mesmo dentro dos Estados Unidos, o país que mais emite gases causadores do efeito estufa, mudanças importantes estão se operando: o estado da Califórnia, por exemplo, está adotando políticas independentes do governo federal, que se recusa a assinar o Protocolo de Kyoto, documento internacional com as metas de emissão.

Serys disse ter ficado impressionada com o entusiasmo dos participantes do fórum em relação à capacidade brasileira na área de biocombustíveis e o grande interesse em discutir o potencial que esses produtos têm para o controle do clima.

Além de Serys, estiveram em Washington o senador Renato Casagrande (PSB-ES) e o deputado Antonio Palocci (PT-SP).

Inácio Arruda destaca o potencial eólico do Nordeste

Lembrando o sonho do ex-governador Virgílio Távora, que queria implantar um pólo siderúrgico no Ceará mesmo sem dispor o estado de jazidas de minério de ferro ou de gás natural para alimentar os fornos, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) alertou para o potencial de produção de energia eólica que o Nordeste tem. Segundo ele, “a maior jazida eólica do mundo”.

– Lá no Ceará, nós já discutimos aquecimento global há uns 300 anos, porque lá nós sempre fomos muito aquecidos. Mas agora temos a oportunidade de produzir energia limpa, energia eólica, e estamos dei-

xando passar essa oportunidade – ressaltou.

Inácio Arruda defendeu a instalação de uma siderúrgica no Ceará como forma de descentralizar o desenvolvimento econômico. Para isso, sugeriu que o governo federal faça o investimento em parceria com a iniciativa privada. O senador disse ainda que o desenvolvimento deveria ser o ponto central do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou, em aparte, a necessidade de descentralização das ações, mas afirmou que o PAC não tem preocupação com o desenvolvimento regional.

Sibá elogia campanha da CNBB sobre a Amazônia

O lema da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de 2007 (Amazônia e Fraternidade – vida e missão neste chão) mereceu elogios de Sibá Machado (PT-AC).

– Esta é uma ocasião ímpar para discutir as dificuldades da maior região do país – disse o senador, que citou entre os desafios a serem enfrentados na região a exploração predatória, os conflitos agrários, o desrespeito às populações indígenas e o desmatamento.

Sibá recordou que a Campanha da Fraternidade consolidou-se, segundo ele, não somente como evento de cunho religioso, social e humanitário, desde sua primeira edição, em 1964, mas também como fator de combate à exclusão.

Para o senador, a CNBB teve

o mérito de chamar a atenção da sociedade para os problemas econômicos, sociais e ambientais do povo amazônico. Ele acredita ser necessário estabelecer um paradigma que contemple progresso econômico, bem-estar da população local e preservação ambiental.



Sibá: “É uma ocasião ímpar para discutir as dificuldades da maior região do país”



Plenário aprova modificações à MP e autoriza venda de algodão geneticamente modificado

Polêmica sobre CTNBio e algodão modificado

Aloizio Mercadante lembrou ter sido o Congresso Nacional que instituiu a Lei da Biossegurança e a CTNBio. Ele disse que essa entidade é composta por cientistas de várias disciplinas, que estudam os organismos geneticamente modificados. Afirmou, ainda, ser contra as emendas da Câmara que modificam a forma de decisão da CTNBio e autorizam a utilização do algodão transgênico plantado irregularmente.

Já Osmar Dias afirmou que a CTNBio “não apresentou resultados concretos”. Ele avaliou que 14 votos na comissão são suficientes para a aprovação de matérias. Ele disse que a aprovação do parecer de Delcídio significava mais autonomia para a entidade decretar o que pode e o que não pode ser

plantado e comercializado.

Conforme José Agripino, o Brasil importa, por ano, 400 mil toneladas de algodão transgênico dos Estados Unidos. A Índia, acrescentou, também produz algodão transgênico.

– Por que vamos ficar contra? Para ficar na contramão do mundo, fazer com que os empregos que aqui são gerados com esse tipo de cultura sejam gerados lá fora? Não! – defendeu Agripino.

Opinião semelhante tem a senadora Kátia Abreu.

– É a morte dos produtores rurais do país se nós não conseguirmos viabilizar o algodão transgênico. Quero lembrar que esse produto vai reduzir enormemente a aplicação de herbicidas, isso vai ser bom para o meio

ambiente, vamos reduzir custos na produção – afirmou Kátia Abreu. Também Jonas Pinheiro apoiou as emendas apresentadas pela Câmara.

Já o senador Sibá Machado criticou os agricultores que plantaram produtos transgênicos de forma ilegal e, agora, exercem pressão sobre o Congresso para regulamentar a matéria. José Nery também condenou o lobby de empresas transnacionais pela legalização dos transgênicos.

Marconi Perillo apresentou voto favorável à MP, salientando que o relatório e as emendas seriam necessários à agricultura brasileira. A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), liberou a bancada para votar conforme sua preferência.

Em protesto, Greenpeace distribui pamonha

Representantes da organização não-governamental Greenpeace estiveram na terça-feira no Senado Federal para protestar contra a Medida Provisória 327/06, que reduz a distância mínima entre o plantio de transgênicos e as unidades de conservação ambiental. Os ambientalistas distribuíram pamonhas aos jornalistas que

trabalham na cobertura dos trabalhos legislativos.

Pela manhã, no Palácio da Alvorada, ambientalistas trajados com uniformes de mestre cuca e com o lema “Salvem a nossa polenta”, entregaram uma cesta de café da manhã endereçada a dona Marisa e recheada com produtos derivados do milho, como broas,

pamonhas e polenta, um dos ingredientes do prato predileto do presidente da República e sua esposa, rabada com polenta.

O Greenpeace condena as emendas da Câmara ao texto da MP, especialmente a que libera a colheita do algodão transgênico plantado ilegalmente no Brasil.

MEIO AMBIENTE Senado cria colegiado e adota medidas na busca de alternativas para reverter aquecimento



Presidente do novo colegiado, Collor (ao centro da mesa) governava o Brasil à época da ECO-92

Subcomissão debaterá mudanças climáticas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado aprovou a criação da Subcomissão Permanente de Mudanças Climáticas, a exemplo do que já havia feito a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) no início do mês.

O novo colegiado será presidido por Fernando Collor de Mello (PTB-AL). O senador ocupava a Presidência da República em 1992, quando o Brasil sediou, no Rio de Janeiro, a ECO-92, reunião global de cúpula sobre o meio

ambiente.

A subcomissão, que será composta por sete membros titulares e igual número de suplentes, deverá acompanhar e monitorar a implementação de políticas públicas que integram os esforços para conter o avanço do aquecimento global. Caberá também ao colegiado reforçar iniciativas de combate ao aquecimento global e formular normas para o desenvolvimento das políticas públicas, além de servir de canal de difusão e ressonância das discussões para a população.

Ao justificar a proposta, Collor

de Mello, autor do requerimento, destacou o agravamento dos “efeitos catastróficos” do aquecimento global, transcorridos 15 anos da Conferência-Quadro sobre Mudança Climática de 92, com riscos iminentes para a sobrevivência humana.

O parlamentar por Alagoas salientou ainda a perspectiva de desertificação da região amazônica em poucas décadas, problema relevante não só do ponto de vista da biodiversidade, como também pela função desempenhada pela floresta no equilíbrio climático global.

Ministros discutem ações para reduzir aquecimento

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, devem expor a posição do governo brasileiro sobre as ações para reduzir o aquecimento global, em audiência pública na Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A data da reunião ainda não foi marcada, mas o presidente do colegiado, Renato Casagrande (PSB-ES), acredita que poderá ocorrer ainda esta semana.

Também foi definido o cronograma inicial dos trabalhos. Está prevista a realização de pelo menos três audiências fora de Brasília. Uma delas será em São Paulo, maior centro industrial do país e, conforme avaliaram os senadores, o grande emissor de gases poluentes. Outras duas reuniões serão feitas na região Norte, a fim de que sejam discutidos o avanço da fronteira agrícola e as consequências do desmatamento. Ficou determinada ainda a realização de um seminário no Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), para que seja feito amplo debate sobre a matriz energética brasileira.

Al Gore será convidado para audiência pública



Al Gore

O ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore será convidado a participar de uma reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para falar sobre o aquecimento global e suas repercussões nas relações internacionais.

O colegiado aprovou requerimento nesse sentido, apresentado pelo senador Fernando Collor (PTB-AL). A CRE acolheu ainda três requerimentos do presidente da comissão, senador Heráclito Fortes (PFL-PI). O primeiro prevê a realização de seminário sobre experiências internacionais em parcerias público-privadas (PPPs); o segundo convida presidentes de comissões de relações exteriores de países sul-americanos para participar de reuniões da CRE do Senado brasileiro. E o último estipula a realização de audiências públicas sobre “a segurança e a estabilidade” das regiões de fronteira.

Frente apresenta *Uma verdade inconveniente*

A Frente Parlamentar Ambientalista, em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, lançou na terça-feira, no Auditório Petrônio Portella do Senado, o DVD do filme *Uma verdade inconveniente*, premiado com o Oscar 2007 nas categorias melhor documentário e melhor canção. O filme, dirigido por Davis Guggenheim e apresentado pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore, mostra

de maneira didática como a emissão de dióxido de carbono provocada por seres humanos está alterando o clima do planeta e adverte que, se nada for feito, corremos o risco de uma iminente catástrofe global.

Após a exibição do filme e de um curta-metragem institucional da organização não-governamental Greenpeace sobre o aquecimento global, houve debate entre parlamentares e

diretores de ONGs ambientalistas. Segundo o coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Sarney Filho (PV-MA), o Brasil é considerado o quarto maior responsável pela emissão de gases do efeito estufa, e isso se dá principalmente por causa das queimadas e do desmatamento.

O diretor do Greenpeace, Sérgio Leitão, endossou o discurso do deputado.

Senado quer gestão que proteja o meio ambiente

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e os demais integrantes da Mesa decidiram contratar serviços de consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para modernizar os processos administrativos da Casa, no sentido de reduzir os danos ao meio ambiente e diminuir custos financeiros. A primeira medida de proteção ambiental, porém, já foi tomada: a substituição de automóvel, quando necessária, será feita por veículo de combustível menos poluente, informou Renan.

Os senadores decidiram também criar uma subcomissão para avaliar o sistema tributário nacional, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A intenção, afirmou Renan, é assegurar mais justiça na distribuição de tributos entre as unidades da Federação.

Ficou decidido ainda que os senadores membros da Mesa vão participar das comissões permanentes. Renan explicou que essa participação é atualmente vedada pelo Regimento Interno da Casa, que deverá ser alterado.

Outra decisão da Mesa foi a de dar agilidade à tramitação da proposta (PEC 57/05) do senador Marco Maciel (PFL-PE) que determina

a apreciação de vetos separadamente pelo Senado e pela Câmara, com 30 dias de prazo antes de a pauta ficar sobrestada. Segundo Renan, o processo atual é lento, havendo vetos apostos há mais de dez anos para serem apreciados. Ele informou que vai conversar com o presidente Lula, buscando reduzir o número de medidas provisórias.

– Tivemos, nos últimos dois anos, uma média de 65% das nossas sessões com pautas trancadas por medidas provisórias, e isso não pode continuar porque deturpa a própria imagem do Poder Legislativo – argumentou Renan, que também anunciou a instalação de uma comissão de estudos políticos para refletir sobre os problemas do Brasil.



Renan na reunião da Mesa que definiu ações para reduzir danos à natureza

Maciel sugere criação de órgão pela ONU

O senador Marco Maciel (PFL-PE) sugeriu que a Organização das Nações Unidas (ONU) crie um organismo próprio para tratar da questão ambiental, que atinge todo o planeta, e que o Brasil seja escolhido para sediá-lo. O parlamentar acredita que o país reúne condições para isso, considerando sua participação crescente em defesa do meio ambiente, sobretudo após ter sediado, em 1992, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

A medida, segundo Marco Maciel, seria aconselhável, tendo em vista os problemas do aquecimento global reunidos no relatório do IV Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

– Hoje, podemos afirmar, sem medo de errar, que a questão ecológica é um problema mundial – destacou.

Humanidade já enfrenta catástrofe da fome, diz Simon

Em discurso no Plenário, Pedro Simon (PMDB-RS) alertou para as consequências futuras do aquecimento global, mas ressaltou que a Humanidade já enfrenta hoje uma catástrofe: a da fome.

Segundo o senador, “num futuro nem tão longínquo”, o aquecimento resultará na elevação dos níveis dos oceanos, o que poderá devastar cidades litorâneas, como as do Nordeste e Sudeste brasileiros. O aquecimento global também afetará a agricultura, podendo comprometer a produção de alimentos, levando ao aumento das ondas migratórias pelo mundo; grandes secas e enchentes; aumento da favelização nos centros urbanos e consequente elevação da miséria, da fome e da violência. Entretanto, Pedro Simon lembrou dados divulgados pela ONU, dando conta de que quase 1 bilhão de seres humanos passam fome atualmente.

– Uma em cada seis pessoas dorme com fome crônica.

PLENÁRIO

Senado aprova R\$ 1 bi para ajudar agricultor

O Senado aprovou na terça-feira o parecer favorável da senadora Kátia Abreu (PFL-TO) à medida provisória (MP 326/06) que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 1 bilhão para financiamento da safra 2006/2007 e garantia dos preços mínimos. De acordo com a medida, os recursos para esse crédito vêm do superávit fiscal de 2005. A MP vai agora a promulgação.

Para a relatora, esse crédito vai atenuar os prejuízos dos agricultores na safras de 2003, 2004, 2005 e 2006. Ela assinalou que a crise no setor teve vários agravantes, como os preços internacionais das commodities e a política de câmbio, que fez com que o produtor rural plantasse sob determinado preço



Kátia Abreu argumenta que crédito aliviará prejuízos dos agricultores

para o dólar e vendesse a safra com uma cotação mais baixa.

– Essa política de câmbio foi boa para alguns setores, mas para os produtores rurais foi fatal

– afirmou.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), e Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciaram que seus partidos votariam sistematicamente contra toda MP que abra créditos extraordinários. Agripino observou que, para esse fim, existe um expediente melhor e mais eficiente que é o projeto de lei em regime de urgência constitucional. Para os senadores, o governo envia MPs desnecessárias ao Congresso para impedir o debate sobre temas importantes como a segurança pública, a política de juros, o câmbio e a saúde.

MP libera verbas para o setor elétrico

O Plenário também aprovou, na mesma sessão, outra MP (330/06), que abriu crédito extraordinário ao Orçamento de 2006. São R\$ 106,7 milhões, em favor de empresas do grupo Eletrobrás. A MP foi defendida pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), por envolver investimentos em usinas hidrelétricas.

Parlamentares da oposição como Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN) apoiaram a rejeição da matéria. Antonio Carlos alegou que o crédito já havia sido utilizado.

– Já gastaram todo o dinheiro

e agora nós vamos aprovar o crédito? – questionou ele.

Jucá contestou Antonio Carlos, afirmando que esses recursos ainda não foram gastos, apesar de já estarem empenhados (ou seja, previstos no Orçamento). E Mercadante disse que era necessário aprovar a MP devido à importância das hidrelétricas em questão e porque “os investimentos no setor elétrico estão atrasados”.

Agripino defende marco regulatório

Já o líder do PFL na Casa, José Agripino, defendeu a necessidade de um marco regulatório para o setor – isso, segundo ele, per-

mitirá que os investimentos na área sejam realizados “de forma conclusiva”. Ele concordou com a crítica de Antonio Carlos.

– Se porventura essa verba já tenha sido gasta, estará correto o que está sendo feito com o Congresso? – argumentou Agripino.

Os R\$ 106,7 milhões de que trata a MP 330/06 foram divididos da seguinte forma: R\$ 79,18 milhões para Furnas Centrais Elétricas; R\$ 21,74 milhões para a Eletrosul Centrais Elétricas; R\$ 3,8 milhões para a empresa controladora do grupo, a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás); e R\$ 2 milhões para a Manaus Energia. A MP foi editada em novembro do ano passado.

Acolhida indicação de primeira mulher para STM

Com 54 votos favoráveis e 7 contrários, o Plenário aprovou a indicação de Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha para o cargo de ministra do Supremo Tribunal Militar (STM), na vaga de Antonio Carlos de Nogueira. Maria Elizabeth será a primeira mulher a ocupar um assento naquela Corte. O STM é integrado por 15 ministros vitalícios nomeados pelo presidente da República após aprovada a indicação pelo Senado. Apesar da votação ser secreta, os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Ideli Salvatti (PT-SC), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Aloizio Mercadante (PT-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiaram as qualidades de Maria Elizabeth, que teve sua indicação aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Oito propostas legislativas são desarquivadas

Oito proposições legislativas foram desarquivadas durante a ordem do dia da última quarta-feira. Desse total, sete são do senador Romeu Tuma (PFL-SP), das quais cinco deverão ser examinadas em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Entre os projetos desarquivados figuram o PLS 59/02, que altera o Código Civil para ajustar os prazos de usucapião e de direito de servidão; o PLS 67/02, que modifica o Código Penal para obrigar o juiz a definir, na sentença, o tempo mínimo de cumprimento da pena para que o condenado requeira liberdade condicional; e o PLS 248/02, que altera o Código de Processo Penal para regular o chamado interrogatório à distância de acusados e testemunhas.

Membros da Mesa poderão integrar comissões permanentes

O Plenário autorizou os membros da Mesa (ou Comissão Diretora), exceto o presidente, a também participarem, como integrantes, das outras comissões permanentes da Casa e de suas respectivas subcomissões.

A matéria aprovada foi o substitutivo do relator Eduardo Azeredo (PSDB-MG), favorável ao projeto de resolução do Senado (PRS) 04/07, do senador César Borges (PFL-BA). A matéria vai à promulgação.

César Borges assinalou que sua proposição contou com o apoio dos atuais integrantes da Mesa. Ele também registrou a concordância dos líderes Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Ideli Salvatti (PT-SC).

O senador Tião Viana (PT-AC) também manifestou apoio ao projeto e disse que a medida vai melhorar a composição das comissões da Casa, pois 80 senadores estarão livres para participarem das 11 comissões permanentes.

Autorizada contratação de controladores aéreos

Os senadores acolheram o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 30/06, proveniente da Medida Provisória (MP) 329/06, que autoriza o Ministério da Defesa a contratar temporariamente até 60 controladores de voo por dois anos prorrogáveis por mais dois.

A MP foi baixada no final do ano passado para conter a crise no tráfego aéreo aberta com o choque entre um Boeing da Gol e um jato Legacy norte-americano, em 29 de setembro do ano passado, que matou 154 pessoas.

O projeto, aprovado sem emendas, e com parecer favorável do senador Edison Lobão

(PFL-MA), determina que a contratação se dará por processo seletivo simplificado. Caso isso não seja possível, será admitida a simples análise de currículo e a constatação de “notória capacidade técnica profissional”.

A matéria só foi discutida pela oposição, que recomendou a aprovação, apesar de fazer críticas à política do governo para o setor aéreo e à própria edição da MP. Para Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o governo é o culpado pelo chamado “apagão aéreo”.

Pronunciaram-se também os senadores José Agripino (PFL-RN), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Heráclito Fortes (PFL-PI).

TCU apurará suspeita de fraude nas loterias da CEF

O Senado aprovou requerimento solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditoria no Sistema de Pagamentos de Loterias da Caixa Econômica Federal, com o objetivo de verificar sua utilização para crime de lavagem de dinheiro, bem como a possibilidade de manipulação de resultados.

O autor do requerimento, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), justificou o pedido com base na análise de relatórios da própria Caixa enviados ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) desde 2002, aos quais teve acesso. O senador denunciou o caso em discurso na segunda-feira (26).

Alvaro pediu o empenho do governo na apuração de fatos relativos à denúncia. Ele disse que integrantes da instituição podem estar acobertando crimes envolvendo loterias.

– Todos tomaram conhecimento de um relatório do Coaf que aponta para ganhadores iluminados; um cidadão ganhando 550 vezes e recebendo um prêmio da Caixa. Depois, todos viram o que aconteceu no episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. O próprio presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, estavam envolvidos e deixaram seus cargos – exemplificou.

O senador do Paraná comentou em Plenário discurso feito pouco antes por Sibá Machado



Alvaro Dias lembra caso de apostador que ganhou 550 vezes nas loterias da Caixa

(PT-AC), que defendeu a preservação da Caixa na apuração das denúncias. Alvaro Dias afirmou que a CEF deve ser preservada, mas os culpados devem ser punidos:

– Devemos preservar a instituição, separando os funcionários qualificados e competentes, dedicados e eficientes, das “ovelhas negras” – assinalou.

Sibá afirmou que a direção da CEF tomou todas as providências para proteger o sistema de loterias sob o seu comando, impedindo assim qualquer tentativa de fraude.

Alvaro Dias lembrou ainda que a CEF destina grande parte do dinheiro arrecadado por meio das loterias para o Ministério dos Esportes, a seguridade social, o Programa de financiamento estudantil (FIES), o Ministério da Cultura e até a seguridade pública.

Parlamentar defende reforma administrativa no Senado

O 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), afirmou que a modernização dos processos de trabalho na Casa deverá também tornar as sessões plenárias e as reuniões das comissões mais ágeis e facilitar o acesso do público aos trabalhos legislativos. Para isso, segundo o senador, poderá ser necessário diminuir o tempo dos discursos dos parlamentares e valorizar mais as decisões e deliberações.

– Vamos buscar uma consultoria externa para uma reforma administrativa ampla no Senado e construir um modelo mais adequado e mais palatável para o público poder acompanhar e fiscalizar nossas atividades – declarou o senador.

Alvaro Dias observou também que é preciso tornar a máquina do Senado Federal mais eficiente, capaz de oferecer respostas mais rápidas às demandas da sociedade.

SEGURANÇA PÚBLICA Comissão representativa do Congresso vai sistematizar agenda de votações dos projetos

Em estudo, autonomia dos estados na área penal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, solicitou ao advogado-geral da instituição, Alberto Cascais, a elaboração de parecer sobre a constitucionalidade da proposta do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), de dar aos estados autonomia para fazer mudanças na legislação penal.

A necessidade de se promover estudo mais aprofundado sobre o assunto surgiu porque diversos senadores procuraram o presidente expressando dúvidas quanto à viabilidade da proposta. No entanto, Renan informou que, ainda que o parecer de Cascais seja pela inconstitucionalidade, a matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Subcomissão Permanente de Segurança Pública para discussão.

Camata endossa proposta de dar autonomia aos estados

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) pediu na última sexta-feira, em Plenário, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inclua no pacote antiviolença a ser anunciado no próximo dia 6, no Palácio do Planalto, na presença de todos os governadores, dois projetos de lei que estão em análise no Congresso Nacional: o que proíbe o corte de recursos orçamentários destinados à segurança pública, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), e o que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Durante a semana, Camata anunciou que pedirá autorização ao governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, para apresentar proposta de emenda constitucional baseada em sua sugestão de transferir para os estados a competência de legislar sobre alguns itens do Direito Penal. Camata disse que proposta semelhante,

Sérgio Cabral argumenta que cada unidade da Federação tem identidade cultural e realidade criminal distinta, não cabendo o mesmo tipo de punição, por exemplo, para quem comete um delito de trânsito no Rio de Janeiro ou no Acre. Ele também alega que mudar uma legislação de abrangência nacional, como o Código Penal, é um processo demorado, visto que o Congresso tem inúmeras outras atribuições.

Renan debateu o mesmo tema com o presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), deputado Liberman Moreno (PHS-AM), e membros da diretoria executiva da instituição, que sugere que cada estado possa legislar sobre matérias do âmbito penal, financeiro/orçamentário e ambiental, entre outros.

de sua autoria, está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele observou, no entanto, que a de Cabral é melhor e por isso solicitará a tramitação conjunta.

O senador lamentou a decisão da CCJ de adiar por mais 45 dias a votação da proposta que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. Ele lembrou que a matéria tramita há nove anos no Senado e disse que não vê o que ainda seria possível examinar em tão pouco tempo.

Para Romeu Tuma (PFL-SP), seria “arriscado” delegar aos estados a competência para legislar sobre a questão penal. Ele citou, como exemplo, os problemas que ocorreriam no caso da maioria penal: um estado poderia punir o menor entre 16 e 18 anos e outro estado não, o que poderia levar a uma migração de infratores do estado que pune para o que não pune. Para Tuma, os estados devem melhorar suas próprias polícias e o sistema carcerário.

Cabral defende discussão sobre descriminalização

O governador fluminense Sérgio Cabral (PMDB) voltou a defender, em sua visita ao Senado, a revisão da criminalização do consumo de drogas. Ele afirmou que é preciso “colocar na balança a relação custo-benefício da legalização”.

Para Cabral, é necessária uma discussão em âmbito internacional e argumentou que a proibição do uso das drogas intensifica o tráfico de armas, sobretudo em países em desenvolvimento ou onde “a miséria é absoluta”.

– Até que ponto a proibição não tem levado muito mais pessoas à morte? – questionou o governador.

Mercadante é contra sugestões do governador

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) discordou de duas propostas do governador fluminense Sérgio Cabral. Sobre a possível legalização do uso de drogas, Mercadante declarou que “não há nenhuma experiência internacional de êxito nesse sentido”.

– Isso não pode ser feito em um estado isoladamente, nem em uma nação isoladamente, porque, do contrário, acaba-se por organizar, legalizar e legitimar o tráfico de drogas. Ao contestar a “estadualização” da legislação penal, Mercadante disse que é necessária uma política nacional para os grandes temas da segurança pública.



Renan, Chinaglia, governadores do Sudeste e senadores se reúnem para discutir ações antiviolença

Senado e Câmara unem esforços pela segurança

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou, após a reunião com os governadores do Sudeste na quarta-feira, que ele e o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, pretendem criar uma comissão representativa do Congresso Nacional para sistematizar os trabalhos referentes à segurança pública, a partir da triagem que vem sendo realizada e das sugestões entregues pelos governadores. A comissão definiria uma agenda comum para a votação de projetos nos próximos 40 dias nas duas Casas, “sem disputa entre elas”.

– O que a sociedade não tolera é a omissão do Parlamento. Não vamos resolver o problema da se-

gurança pública nos concentrando em apenas uma ou outra questão, mas é preciso que nos debruçemos sobre a legislação, sim. Nosso Código Penal é de 1940. O país enfrenta muitas dificuldades para investigar, daí a impunidade – afirmou o presidente.

Os governadores José Serra (PSDB-SP), Aécio Neves (PSDB-MG), Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Paulo Hartung (PMDB-ES) vieram pedir atenção prioritária para os projetos da área de segurança e apresentaram uma lista com 13 sugestões de propostas para alterar a legislação federal.

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, comemorou o fato de a iniciativa dos governadores coincidir com a do Congresso.

– Há uma série de questões que dizem respeito a uma ação integrada do Estado, do Parlamento e da sociedade que precisam ser trabalhadas. Vamos continuar conjugando esforços para aprimorar a legislação e o trabalho de outros agentes públicos – enfatizou.

– Nossas propostas são baseadas em projetos que já tramitam no Congresso – disse o governador de São Paulo, José Serra, acrescentando que “alterar a legislação não é suficiente, mas é condição necessária para a questão da segurança”.

Aécio Neves afirmou que é preciso “votar com celeridade as leis que permitam um enfrentamento mais adequado da violência e criminalidade no país”.

As 13 propostas

- Tipificação penal para facções criminosas.
- Penas maiores para atos contra a “incolumidade pública” (ataques à sociedade civil).
- Penas maiores nos casos de motim de presos.
- Penas maiores para homicídios de policiais, magistrados, membros do Ministério Público e agentes prisionais.
- Definição como falta grave

a posse de celular, aparelho de rádio ou similar em prisões.

- Obrigação de as operadoras de celular impedirem a recepção de sinal em prisões.

- Reparação de prejuízos causados por facções criminosas, prevendo-se a indisponibilidade dos bens do acusado.

- Penas mais rigorosas para crimes hediondos.

- Restauração do exame cri-

minológico.

- Extensão da delação premiada a condenados.

- Subsídio habitacional para policiais e agentes prisionais.

- Aumento do tempo de internação de menores que cometerem atos com violência ou grave ameaça à pessoa.

- Mudanças do processo penal, com os PLs 4207/01, 4203/01, 4205/01 e 4208/01.

CDH define debates sobre violência

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS), definiu o calendário de trabalho para este ano. Com reuniões marcadas para todas as quintas-feiras, ficou acertado que haverá audiências públicas quinzenais, alternadas, na semana seguinte, com a discussão e a votação de proposições, com base numa pauta previamente acertada com os parlamentares.

A primeira audiência pública da CDH ocorre já nesta quinta-feira, com o tema “Meio Ambiente, vida e direitos humanos”, e terá como expositora a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Nessa reunião, a ministra receberá uma placa de lembrança pela sugestão que fez, no exercício do mandato

de senadora, da criação da Comissão de Direitos Humanos no âmbito do Senado. Segundo Paim, na reunião também haverá homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado na quinta.

A audiência pública é a primeira de um ciclo de debates composto por 12 temas relativos ao combate à violência, como a responsabilidade social do setor privado, os direitos dos povos indígenas e outras minorias, o trabalho escravo e a questão das drogas.

– Esperamos concluir o ciclo de debates ainda neste primeiro semestre e encaminhar o resultado do trabalho ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao presidente do Senado, Renan Calheiros, até o final de julho – afirmou Paulo Paim.

Licença-maternidade e Down na agenda

A CDH também aprovou requerimento da senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE) para a realização de audiência pública, no dia 21 de março, pela manhã, destinada a discutir projeto de lei de sua autoria que amplia a licença-maternidade de quatro para seis meses.

No mesmo dia, às 14h, o colegiado vai promover outra audiência pública, a pedido do senador Flávio Arns (PT-PR), para discutir a síndrome de Down.

Por requerimento do senador José Nery (PSOL-PA), a CDH vai debater a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes na região de Marajó, no Pará.

SEGURANÇA PÚBLICA CCJ cria equipe de trabalho com seis senadores para apresentar propostas para o setor

Grupo antiviolença inicia trabalhos

Em 30 dias, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai apresentar propostas legislativas com o objetivo de melhorar a segurança pública. O prazo foi informado na quinta-feira pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), relator na CCJ de um conjunto de matérias nessa área, e membro do grupo de trabalho da comissão para estudar o assunto. Algumas das sugestões elaboradas vão ter como base projetos de lei que já tramitam no Congresso Nacional.

O recém-criado grupo terá duas reuniões por semana. As primeiras ocorrerão nesta segunda-feira, às 18h, e na quinta, às 11h. Além de Demostenes, integram o grupo os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Pedro Simon (PMDB-RS) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Patrícia Saboya (PSB-CE) participam como suplentes.

Entre as propostas que poderão ser apresentadas, está a de “desconstitucionalização” das polícias civil e militar. Seu objetivo seria permitir que os estados optem entre manter as polícias separadas ou unificá-las – já que

o artigo 144 da Constituição estabelece competências distintas para as duas corporações.

Também serão discutidas pelo grupo proposições sobre escola em tempo integral, separação de presos por grau de periculosidade, bloqueio do sinal de telefones celulares em presídios e tipificação legal do crime organizado, entre outros itens.

– Vamos atacar em várias frentes – frisou Aloizio Mercadante, acrescentando que “há um consenso quanto à necessidade de uma profunda reforma em todo o sistema de segurança pública”.

Mercadante defende políticas públicas

Apesar de defender as medidas, Mercadante argumentou que isso não será suficiente para superar o problema da violência. Ele ressaltou que também são necessárias políticas públicas de emprego, educação, cultura e esporte.

Na semana passada, os quatro governadores da região Sudeste – Aécio Neves (PSDB-MG), José Serra (PSDB-SP), Paulo Hartung (PMDB-ES) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ) – apresentaram propostas similares ao presidente da Senado, Renan Calheiros, e ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (veja página 7).



Grupo de senadores discute projetos durante almoço: prazo para conclusão do trabalho é de 30 dias

Redução da maioria é alvo de crítica

Representantes de cerca de cem associações com sede em todos os estados brasileiros acompanharam, na CCJ, a discussão do substitutivo às seis propostas de emenda à Constituição (PEC) que tratam da redução da maioria penal. As entidades integram o Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que congrega aproximadamente mil organizações de todo o país.

Contrários à diminuição da idade para imputabilidade penal, os manifestantes ocuparam parte do plenário da CCJ vestindo camiseta vermelha estampada com a

imagem de uma roupinha de bebê listrada e com a frase “Não ao rebaixamento da idade penal. O Estatuto está aí, só falta cumprir”. Eles cobram investimento em políticas públicas voltadas à defesa das crianças e dos adolescentes brasileiros, bem como o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Para a representante do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), Carine Figueiredo, se houver rebaixamento da idade penal para 16 anos, dentro de pouco tempo haverá necessidade de

diminuir ainda mais a faixa etária de responsabilidade penal.

– Como representa o desenho da camiseta, com o rebaixamento, em breve, bebês estarão presos – observou.

A senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), coordenadora da frente parlamentar, afirmou que uma matéria de tamanha importância não poderia ser votada sem sequer a realização de uma audiência pública.

– Essa votação pode ser pouco pensada, e podemos nos arrepender muito em breve – alertou a senadora.

Maioria das vítimas tem de 15 a 24 anos

O aumento da criminalidade no país foi mais uma vez confirmado, desta vez pelo estudo “Mapa da violência dos municípios brasileiros”, divulgado semana passada pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

A faixa jovem, dos 15 aos 24 anos, tem a maior expressividade na quantidade de vítimas. Na década analisada (1994-2004), o número de mortos aumentou 64,2%. Entre os adolescentes de 14 a 17 anos os homicídios crescem “em ritmo assustador”, segundo o pes-

quisador responsável pelo estudo, Julio Jacobo Waiselfisz. Aos 14 anos, a taxa que era de 5 a cada 100 mil, agora está em 8,2/100 mil, um aumento de 63,1%.

Em estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco, os homicídios são responsáveis por mais da metade do total de mortes de jovens. Nas capitais e regiões metropolitanas, os índices de homicídios tiveram crescimento inferior a 1% ao ano do número de casos.

Mas a realidade é bem diferente no interior, onde o aumento mé-

dio de homicídios foi de 5,4% ao ano. Na cabeceira dos 556 municípios brasileiros com maiores taxas de violência, aparecem as pequenas cidades de Colniza e Juruena, em Mato Grosso. O estado tem outras duas cidades entre as dez mais violentas do país: São José do Xingu (quinto lugar) e Aripuanã (oitavo lugar).

Para a senadora de Mato Grosso, Serys Slhessarenko (PT), os resultados servem de alerta para que os governos estaduais e federal unam esforços para alterar essa realidade.

Violência no Brasil mata mais que guerras, diz Simon

O número de homicídios no Brasil, em um ano, superou mortes de civis na guerra do Iraque, afirmou Pedro Simon (PMDB-RS). Cerca de 50 mil pessoas morrem assassinadas por ano no Brasil, enquanto nos conflitos daquele país ocorreram, no ano passado, 34.500 mortes de civis.

– Esse número, em um ano, na guerra declarada do Iraque, é muito menor que o da guerra não-declarada no Brasil – disse.

O número total de homicídios no Brasil, em 2004, foi de 48.374 e, em 2003, de 51.043, enquanto nos últimos dez anos chegou a 450 mil, segundo dados da OEI. “A matança brasileira, em dez anos, equivaleria, mantida a média anual, a 13 anos de guerra no Iraque, com toda a força destrutiva do arsenal aliado”, comparou Simon.

Ele destacou que, na guerra de Angola, morreram 13 mil pessoas por ano. Na luta pela independência do Timor Leste, aproximadamente 4 mil, e, em quase quatro décadas de lutas na guerra civil da Colômbia, conduzida pelo narcotráfico, cerca de 30 mil pessoas.

Para o senador, “no Brasil a impunidade é a regra, o desrespeito às leis é a rotina e a irresponsabilidade é o dia-a-dia”. O que deveria ser feito, segundo ele, é uma grande conscientização da população.

– Que sejam debatidas, em todos os templos, em todas as salas de aula e em todos os lares, as principais razões que levaram à barbárie humana, e que se encontrem medidas no sentido de que o mapa da violência, em escala mundial, seja redesenhado – propôs Simon.

ORDENAMENTO DOS ESTADOS SEGUNDO A TAXA DE HOMICÍDIOS NA POPULAÇÃO TOTAL

UF	População Total		Taxa em 2004
	1994	2004	
Pernambuco	5º	1º	50,7
Espírito Santo	2º	2º	49,4
Rio de Janeiro	1º	3º	49,2
Rondônia	6º	4º	38,0
Distrito Federal	4º	5º	36,5
Alagoas	10º	6º	35,1
Mato Grosso	15º	7º	32,1
Amapá	3º	8º	31,3
Mato Grosso do Sul	9º	9º	29,6
São Paulo	8º	10º	28,6

MUNICÍPIOS COM AS MAIORES TAXAS MÉDIAS DE HOMICÍDIOS

Município	UF	Taxa Média	Ordem
Colniza	MT	165,3	1º
Juruena	MT	137,8	2º
Coronel Sapucaia	MS	116,4	3º
Serra	ES	111,3	4º
São José do Xingu	MT	109,6	5º
Vila Boa	GO	107,0	6º
Tailândia	PA	104,9	7º
Aripuanã	MT	98,2	8º
Ilha de Itamaracá	PE	95,1	9º
Macaé	RJ	94,5	10º

Efraim sugere força-tarefa pela segurança

Na opinião de Efraim Morais (PFL-PB), é preciso investir em educação, encontrar soluções e definir ações contra a violência. Ele afirmou que o presidente Lula não avançará muito na área de segurança sem integrar governadores e prefeitos, além do Judiciário e do Legislativo, em uma força-tarefa “para que todos juntos possamos construir o que espera a sociedade: ação”.

– De cada cem mil jovens, 65 perdem a vida prematuramente, e a maioria são homens jovens, pobres e negros – disse Efraim, citando reportagem publicada pelo jornal Correio Braziliense sobre a violência no Entorno do Distrito Federal, região que ocupa o quinto lugar entre as mais violentas do Brasil. “E a situação e o perfil das vítimas não é diferente no resto do país”, afirmou o senador.

ORDENAMENTO DOS PAÍSES SEGUNDO TAXAS DE HOMICÍDIO (em 100 mil)

País	Ano	Taxa	Pos.
Colômbia	2003	57,4	1º
Venezuela	2002	29,5	2º
Rússia	2004	27,3	3º
Brasil	2004	27,0	4º
Belize	2001	22,5	5º
Bahamas	2000	20,8	6º
Puerto Rico	2001	19,9	7º
Santa Lúcia	2001	17,7	8º
Cazaquistão	2003	14,8	9º
Equador	2003	13,7	10º

Fonte: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) - Mapa da Violência 2006 - Os jovens do Brasil

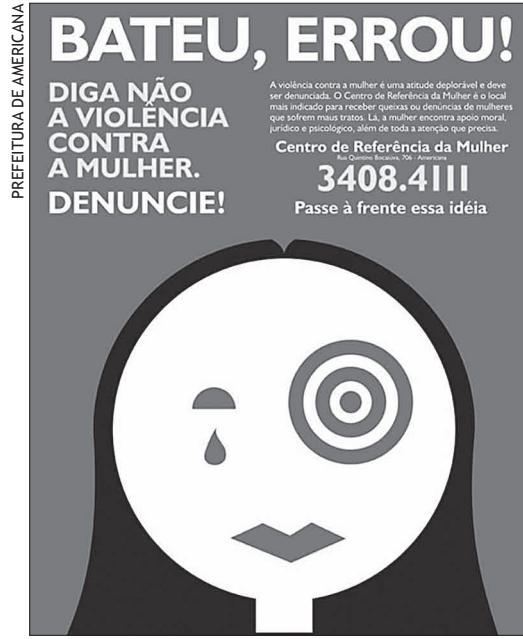


SEGURANÇA PÚBLICA Muitas mulheres não prestam queixa pelo medo de represálias e de afastar o pai dos filhos



Nosso silêncio é cúmplice da violência

Homens pelo fim da violência contra a mulher | Campanha brasileira do laço branco | www.lacobranco.org



Lei enfrenta a cultura do silêncio

Às vésperas do Dia Internacional da Mulher (8 de março), a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que tornou mais severa a punição aos agressores de mulheres no Brasil, completa sete meses em vigor. Apesar disso, muitas vítimas ainda temem entregar seus agressores. Algumas delegacias especializadas, como a do Distrito Federal, registram redução do número de denúncias.

Para a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que relatou a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no Senado, essa queda do número de casos era esperado.

– Não tenho dúvidas de que a lei contra agressões domésticas teria de ser mais severa. Esse recuo inicial é um bom indicador,

porque mostra que os atuais casos registrados nas delegacias são os que traduzem questões mais sérias e não puras divergências cotidianas dos casais. Ao mesmo tempo, os agressores, agora sabendo que a lei está mais dura, acabam não cometendo os atos de violência – avalia a senadora.

A biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de violência doméstica e que inspirou a proposição da lei pelo Executivo, também acredita que os maridos ou companheiros estão respeitando mais as suas mulheres.

– Hoje a mulher sabe como sair dessa situação de violência.

É uma questão de escolha pela vida. Ela tem o poder de decidir, de convencer seu parceiro que a se a agressão continuar ele responderá por seus atos – afirma, argumentando que a lei dá novo mecanismo de pressão para a mulher agredida.

Mas para delegadas titulares de delegacias especializadas, a lei pode tolher a coragem de parte das vítimas.

Com a vedação da aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, a possibilidade de prisão em flagrante ou a qualquer tempo do processo, e o aumento de um para três anos do tempo máximo de prisão, muitas mulheres titubeiam antes de

registrar ocorrência contra seus agressores.

Entre os motivos, o temor de afastar do lar o provedor financeiro da família, o medo de represálias e até mesmo razões sentimentais interferem.

Liberação sem fiança e demora nos processos

Em São Paulo, na 4ª Delegacia de Defesa da Mulher, o número de denúncias manteve-se praticamente estável nos últimos meses, mas a delegada titular Jeanette Sanjar afirma que muitas desistem quando passam a conhecer as novas regras de punição ao agressor.

– Quando explicamos o que vai acontecer, muitas mulheres dizem que só gostariam de registrar a ocorrência, mas não querem que

haja prosseguimento do caso. Aqui, o fator financeiro não pesa tanto, mas o sentimental sempre está presente. Elas dizem que não querem prejudicar o denunciado. Há uma predisposição em nada fazer – garante a delegada, que há 12 anos lida com os casos.

Por outro lado, também na capital paulista, muitos agressores são liberados com rapidez pela Justiça, mesmo sem pagar a fiança devida.

– Muitos não têm dinheiro para pagar fianças, mas são liberados. Eles sabem que responderão a processos cível ou criminal, mas os julgamentos são demorados – afirma a delegada. Da mesma forma, muitas medidas preventivas, como afastamento do agressor do lar, também estão sendo indeferidas pelos juizes.

“Hoje a mulher sabe como sair da violência. É uma escolha pela vida”

Juizados atendem com exclusividade

Em vários estados já foram criados juizados especializados. Em Brasília, a titular é a juíza Marília Andrade, que comenta as mudanças provocadas pela lei

Que benefícios foram proporcionados às vítimas com a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher?

Na minha opinião, o maior benefício foi o afastamento da Lei 9.099/95, que trata dos Juizados Especiais Comuns, uma vez que essa lei trata os crimes como de menor potencial ofensivo e, conseqüentemente, a penalidade tornou-se banalizada. Com a nova lei, além das prisões em flagrante, existe a possibilidade de prisão preventiva, e fica vedada a aplicação da pena pecuniária, o que enseja punição mais severa, ainda que resulte em prestação de serviços à comunidade, como pena definitiva. Não obstante, haverá as conseqüências de uma condenação, caso a sentença seja proferida reconhecendo-se a culpabilidade do autor do fato. Outro benefício é a concentração das questões cíveis, que, neste Juízo, são decididas cautelarmente.

Com a lei, as mulheres demonstram mais segurança para denunciar?

Demonstram mais segurança, principalmente pelas notícias que já têm corrido entre os jurisdicionados acerca dos procedimentos adotados neste Juízo, notadamente quanto às prisões que têm sido decretadas. Não obstante, verificamos que a maioria esmagadora das mulheres não pretende ver o agressor processado, mas objetiva resolver a situação de violência em que estão envolvidas.

Com o fim das penas pecuniárias, em geral, os agressores estão sendo condenados a cumprir penas nas prisões?

Ainda não tivemos uma sentença condenatória, haja vista o desinteresse das vítimas de processarem criminalmente o ofensor. Muito raramente, apenas em caso de ofensor reincidente, ou seja, que já tenha praticado algum crime, é que haverá pena de prisão.

Um caso de repercussão internacional

Com paraplegia nos membros inferiores, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de violência praticada por seu ex-marido e se tornou a bandeira para a aprovação da Lei 11.340/06.

Em 1983, seu marido, o colombiano naturalizado brasileiro Marco Antônio Heredia Viveros, disparou um tiro contra ela, que estava dormindo. Depois de sair do hospital, ele atentou nova-

mente contra sua vida, tentando eletrocutá-la quando estava no banho. Somente quase 20 anos depois ele foi preso e cumpriu parte da pena. Isso depois de o caso ter sido denunciado pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O Executivo apresentou o projeto à Câmara em dezembro de 2004, tendo sido aprovado em março do ano passado pelo Ple-

nário daquele Casa. No Senado, a tramitação foi muito mais rápida: concluída em julho de 2006. A lei foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em agosto de 2006 e entrou em vigor 45 dias depois. Para Maria da Penha, “a sociedade estava aguardando essa lei”.

– A mulher não tinha condições de denunciar e ser atendida na preservação da sua vida – completa.

Alguns pontos da Lei Maria da Penha

- dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que poderão contar com equipe de atendimento multidisciplinar

- estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência

- define as formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral

- determina que seja lavrado boletim de ocorrência, em até 48 horas, ao juiz competente

- torna mais severa a punição, ao aumentar de um para três anos o tempo máximo de prisão; o mínimo foi reduzido de seis meses para três meses

- veda a aplicação, nos casos de violência contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa

- em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial

- o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, medidas de urgência como suspensão da posse ou restrição do porte de armas e afastamento do lar

- estabelece que o atendimento à vítima deverá ser realizado de forma articulada entre as autoridades e agentes públicos

- prevê a formalização de convênios, capacitação e especialização dos órgãos de atendimento das vítimas e promoção de programas educacionais

CRESCIMENTO Centrais sindicais e partidos como o PFL temem que MP dilapide patrimônio do Fundo de Garantia



Caixa Econômica: recursos das contas do FGTS podem alavancar investimentos em infra-estrutura

MP do FGTS enfrenta resistência no Senado

Se depender do Senado, o uso de R\$ 5 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para investimentos em infra-estrutura por meio da criação de um fundo específico, objeto de uma das medidas provisórias (MPs) mais polêmicas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), corre o risco de ser derrubado. “Como ela está, não passa”, avisou o senador Paulo Paim (PT-RS), fazendo coro com as centrais sindicais.

Mas não são apenas as entidades de trabalhadores que selaram posição contrária à MP 349, com duas ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) ajuizadas no Supremo Tribunal Federal (STF) logo após a divulgação do pacote, em 22 de janeiro. Na semana passada, a queda-de-braço com o governo foi reforçada pelo PFL, que decidiu entrar no Supremo contra duas MPs do PAC, uma delas a 349. Em todas as Adins, o temor é o mesmo: a falta de garantia por parte do governo de que a MP não irá dilapidar o patrimônio dos trabalhadores, que teria alcançado um saldo de R\$ 20,9 bilhões no final de 2006.

Para ajudar o governo a aprovar

a MP, o relator na Câmara, deputado Wilson Santiago (PMDB-PB), planeja promover um debate entre os senadores e deputados que apresentaram as 89 emendas ao texto, com a participação das entidades de trabalhadores e de empresários, além de integrantes da equipe do presidente Lula. O relator adiantou que pretende entregar seu parecer em 15 de março, quatro dias antes de as MPs do PAC começarem a trancar a pauta da Câmara. Como o prazo é exíguo, o deputado quer viabilizar o encontro até 13 de março. Só depois do debate, ele finalizaria seu relatório. Assim, o governo costuraria o acordo sobre o texto já na Câmara.

Mas isso não deve assegurar uma tramitação fácil no Senado. A oposição já dá sinais de que não pretende abrir mão de discutir a MP. Sem conseguir apresentar emendas no prazo de cinco dias a contar da data de entrada da MP na Câmara, César Borges (PFL-BA), por exemplo, informou que pretende pleitear

com o relator na Casa alterações no texto votado na Câmara.

Borges protocolou um requerimento para levantar informações com o ministro do Trabalho sobre a verdadeira situação patrimonial do FGTS. Segundo o senador, até agora não foram publicados os demonstrativos contábeis de 2006, fundamentais para saber a saúde financeira do fundo (ver matéria ao lado). O senador defende que o FGTS seja “desburocratizado”

e que haja um incremento nas suas aplicações em saneamento e habitação. “Os investimentos em infra-estrutura poderiam ter recursos de outras fontes”, avalia.

Apesar das pressões, o relator na Câmara ainda confia em chegar a um texto de consenso e que evite prejuízos ao FGTS. Para ele, a maioria das emendas estipula remuneração mínima de 3% ao ano, além da correção pela Taxa Referencial (TR) para os recursos do novo fundo, determinando que o risco da operação seja da Caixa Econômica Federal ou do Tesouro, e não do FGTS.

Relator na Câmara quer promover debate entre parlamentares

Infra-estrutura não precisa de fundo, diz Dornelles

O governo não precisa criar um fundo de investimento para viabilizar a aplicação de recursos do FGTS em empreendimentos de infra-estrutura, principalmente em energia, rodovias, portos e ferrovias. Essa é a posição do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), ex-ministro do Trabalho no governo Fernando Henrique Cardoso. Bastaria, na avaliação de Dornelles, uma decisão do Conselho Curador do FGTS, fixando periodicamente o montante de recursos que seriam aplicados em infra-estrutura.

Como agente financeiro do fundo, a Caixa Econômica Federal concederia diretamente os financiamentos e arcaria com o risco das operações, como faz nos financiamentos aos setores de habitação e saneamento. “A Caixa tem por obrigação avaliar a pertinência e a qualidade de um projeto, a confiabilidade e a capacidade de pagamento do credor”, sustentou o parlamentar na semana passada.

Do modo como está proposto na MP 349, a criação de um fundo de investimento pode ser “precedente perigoso e desnecessário”, criticou Dornelles. Outra questão que o senador levanta é sobre o que será feito com os R\$ 5 bilhões do FGTS que irão compor o fundo de investimento, enquanto não forem aplicados nos empreendimentos de infra-estrutura. Atualmente, os recursos do FGTS direcionados para habitação e saneamento são aplicados em títulos do Tesouro Nacional e sua remuneração, observou Dornelles, pertence ao fundo. O senador observou que a MP 349 é “omissa” em relação a essa remuneração. E defende que o

resultado dessa aplicação em títulos do Tesouro seja alocado ao FGTS e “nunca utilizado para capitalização da CEF” ou do próprio fundo de investimento.

A MP prevê que, por proposta da Caixa e autorizado pelo Conselho Curador, os recursos para compor o fundo de investimento poderão ser ampliados para até 80% do patrimônio líquido do FGTS, o que corresponderia a cerca de R\$ 16,7 bilhões, segundo Dornelles. Ele chama a atenção para que o Conselho Curador verifique a situação patrimonial do fundo, lembrando o acordo feito para restituir aos trabalhadores os expurgos feitos nos planos Verão e Collor, da ordem de R\$ 40 bilhões.

Saber se há patrimônio líquido ou não no FGTS é uma questão polêmica. A Lei Complementar 110/2001 fixou prazo de 15 anos para que as despesas com essas obrigações pudessem ser contabilizadas no balanço do FGTS. Em 2005, o prazo para essas amortizações foi reduzido para 11 anos. Entretanto, conforme estudo da consultoria da Câmara, naquele ano ainda faltava diferir R\$ 31,1 bilhões do montante total das restituições, e o FGTS apresentava formalmente um patrimônio líquido de R\$ 19,8 bilhões.

Se o critério foi mantido em 2006, o estudo da Câmara projeta que há ainda por contabilizar cerca de R\$ 25 bilhões, concluindo que o patrimônio líquido de R\$ 20,9 bilhões seria apenas “um artifício contábil, autorizado por lei”. Na realidade, o FGTS teria um passivo de R\$ 4 bilhões. Portanto, é discutível a disponibilidade de recursos do FGTS apontada pelo governo.

Recriação da Sudeco é prioridade do PAC

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) discutiu na quinta-feira projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o Centro-Oeste. Segundo o ministro da Integração Nacional, Pedro Brito do Nascimento, a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) é uma das prioridades do PAC para a região. A importância do órgão foi ressaltada pelo vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do DF, o ex-senador Paulo Octávio, que participou da audiência.

— A presença da Sudeco é um pressuposto do PAC. O Centro-Oeste também precisa de atenção diferenciada — disse o ministro.

O projeto da recriação da Sudeco encontra-se em tramitação no Senado. As superintendências de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia (Sudene e Sudam) já foram recriadas e o senador Romero Jucá (PMDB-

RR) pediu que sejam dotadas de infra-estrutura para que possam cumprir seu papel.

A transposição das águas do rio São Francisco foi outro assunto debatido pelo ministro, ao responder perguntas dos senadores. José Maranhão (PMDB-PB) defendeu a transposição, dizendo que é a única perspectiva de desenvolvimento para determinadas regiões do Nordeste. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que o estado de Minas Gerais está preocupado com a transposição e solicitou investimentos na revitalização do rio, antes que a transposição seja efetivada.

Nascimento apoiou proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que destina recursos, durante 20 anos, para a revitalização do São Francisco. Ele informou que o presidente Lula destinará R\$ 1,3 bilhão nos próximos quatro anos para a revitalização.



Mares Guia fala no Senado sobre a importância de promover o Brasil como destino turístico

Mares Guia quer mais vôos internacionais

O ministro do Turismo, Walfredo dos Mares Guia, participou na quinta-feira de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para discutir a aplicação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Centro-Oeste. Mares Guia afirmou que o ministério está especialmente empenhado em aumentar o número de vôos internacionais que têm o Brasil como destino. Anunciou ainda que já há novos vôos, como o de Brasília para Lisboa (Portugal) e o que fará a conexão entre São Paulo e Dubai,

nos Emirados Árabes.

Conforme o ministro, até quatro anos atrás o Nordeste tinha menos de dez vôos internacionais semanais e agora conta com mais de 40 para destinos como Salvador, Recife, Natal e Fortaleza.

Mares Guia salientou o peso do turismo na economia mundial, lembrando que os recursos gerados dessa atividade chegam a 10% do produto interno bruto (PIB) global, mas que no Brasil o percentual não passa de 3% do PIB, o que demonstra, segundo ele, o potencial de crescimento do setor no país.

Para comprovar o aumento do turismo no mundo, Mares Guia afirmou que, em 1950, cerca de 25 milhões de pessoas fizeram turismo internacional, enquanto que, no ano passado, foram 848 milhões de pessoas viajando entre países, sendo que 5 milhões vieram ao Brasil. Ele observou o potencial de criação de empregos deste setor. O ministro lembra que essa atividade garante inclusão social e gera empregos na própria região em que a pessoa vive.

— Onde há riqueza natural e cultural, há turismo — ressaltou.

PREVIDÊNCIA Grupo criado para sugerir alternativas ao setor não deve propor reforma nos próximos quatro anos

LUIZ CHAVES/PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL



Déficit na aposentadoria rural chega a R\$ 28,4 bilhões (2006): aumento de 60,7% em três anos

Fórum estudará mudanças a longo prazo

As diretrizes traçadas pelo governo para o Fórum Nacional da Previdência Social – que terá sua primeira reunião nesta quarta-feira – indicam que o governo federal não tem em vista mais uma reforma com a alteração imediata das regras para aposentadorias. Essa posição ficou ainda mais clara na semana passada quando o ministro da Previdência e Assistência Social, Nelson Machado, participou de audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e afirmou que não há risco de quebra da Previdência nos próximos quatro ou cinco anos. Esse é, na sua opinião, o prazo para que seja feita uma nova reestruturação do setor, visando sua sustentabilidade até 2050, justamente a prioridade do recém-criado fórum, que tem seis meses para apresentar resultados.

enquanto o número de trabalhadores com idade para se aposentar ainda não atingiu o auge.

Com esses dados, o governo, com o apoio dos representantes dos trabalhadores, entende que não há necessidade de fazer, neste mandato do presidente Lula, uma reforma da Previdência, tão reclamada por alguns especialistas, empresários e analistas do mercado financeiro.

Porém, pelo que aponta o IBGE, a tendência para as próximas décadas é que, com a redução do número de filhos por família, haja cada vez menos trabalhadores para financiar um número cada vez maior de aposentados, que, por sua vez, viverão mais tempo. Essa projeção pode trazer desequilíbrios futuros para a Previdência,

a não ser que haja mudanças no tempo de contribuição. A expectativa, então, é que esse possa ser um dos pontos de consenso entre governo, trabalhadores e empresários. É para isso que deve servir o fórum, que estará concentrado em apresentar sugestões, inclusive legislativas, para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

A previdência do setor público, por estar apresentando resultados favoráveis desde a reforma realizada no primeiro mandato do presidente Lula, por ora não é vista como prioridade. A desvinculação de benefícios da Previdência do salário mínimo, defendida pelos que querem uma reforma imediata, também não aparece na pauta do fórum, que vai usar os dois próximos meses para diagnosticar a situação, ouvindo especialistas em áreas como mercado de trabalho e demografia.

Governo refaz contas sobre o déficit da Previdência e adia reforma

Novo olhar sobre as contas da Previdência

A Previdência é apontada como um dos grandes vilões das contas públicas, sendo forte a pressão para que o saneamento do setor seja encarado como prioritário. Porém, o vilão pode não ser tão feio como parece. O Ministério da Previdência, apoiado por entidades e especialistas, defende uma maior transparência na contabilidade da área.

O governo quer a separação, inclusive por mecanismos legais,

das fontes de financiamento da previdência. Como resultado, aparecem renúncias fiscais e políticas sociais que não dizem respeito a um setor que depende de equilíbrio atuarial, ou seja, de contribuições suficientes para o pagamento dos benefícios.

Essas renúncias de receita previdenciária, que no ano passado somaram R\$ 11,5 bilhões (veja quadro abaixo), passariam da Previdência para o Tesouro.

Como a maioria delas (R\$ 9,7 bilhões) diz respeito à aposentadoria de trabalhadores urbanos, o déficit para essa fatia da população seria de R\$ 4,1 bilhões.

Sobra, então, o déficit de aposentadorias rurais, cujas contribuições somam pouco mais de 12%. Sem viabilidade atuarial, essa modalidade de benefícios deveria, na opinião do ministério, ser assumida como política social.

Composição do fórum

Representantes do governo federal
 Ministério da Previdência Social
 Casa Civil
 Ministério do Trabalho
 Ministério do Planejamento
 Ministério da Fazenda
 Ministério do Desenvolvimento Social
 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Representantes dos trabalhadores
 Central Autônoma de Trabalhadores
 Central Geral dos Trabalhadores
 Central Geral de Trabalhadores do Brasil
 Central Única dos Trabalhadores
 Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos
 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 Força Sindical
 Nova Central Sindical de Trabalhadores
 Social Democracia Sindical

Representantes dos empregadores
 Confederação Nacional da Agricultura
 Confederação Nacional do Comércio
 Confederação Nacional das Instituições Financeiras
 Confederação Nacional da Indústria
 Confederação Nacional do Transporte

Propostas anteriores ainda não foram implantadas

A fórmula de criação de um fórum composto por representantes do governo, trabalhadores e empregadores, usada agora para discutir a Previdência Social, já foi adotada no primeiro mandato do presidente Lula, quando, em agosto de 2003, foi instalado o Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Em março de 2004, o colegiado apresentou seus resultados, inclusive com propostas legislativas para a realização de uma ampla reforma sindical. As medidas, entre elas a Proposta de Emenda à Constituição 369/05, até hoje não foram sequer aprovadas nas comissões permanentes da Câmara. Mesmo comemorados como consensuais sobre temas polêmicos, os textos acabaram sem autoria e, como tal, não houve quem demandasse uma análise prioritária no Legislativo.

No Fórum Nacional da Previdência Social, o governo não quis repetir a fórmula do FNT e, em vez de votações no colegiado, o grupo vai tentar trabalhar apenas em cima de consensos e recomendações.

ANO	POPULAÇÃO	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (A)	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (B)	RESULTADO (A-B)
2003		80.730	107.135	-26.405
	Urbana	77.834	86.536	-8.703
	Rural	2.896	20.598	-17.702
2004		93.765	125.751	-31.985
	Urbana	90.607	102.429	-11.823
	Rural	3.159	23.321	-20.163
2005		108.434	146.010	-37.576
	Urbana	105.086	118.626	-13.539
	Rural	3.348	27.385	-24.037
2006		123.520	166.585	-42.065
	Urbana	119.715	133.216	-13.501
	Rural	3.805	32.369	-28.564

CONTABILIDADE DA PREVIDÊNCIA - 2006 (em milhões de R\$)

Arrecadação líquida	123.520	
	119.715 Urbana	
	3.805 Rural	
Arrecadação CPMF*	8.444	
	0 Urbana	
	8.444 Rural	
Renúncias previdenciárias	11.250	
	9.397 Urbana	
	1.853 Rural	
Benefícios previdenciários	165.585	
	133.216 Urbana	
	32.368 Rural	
Resultado (A) (CPMF + Renúncias)	-22.370	
	-4.104 Urbana	
	-18.266 Rural	
Resultado (B) (Arrecadação líquida + CPMF + Renúncias)	-42.065	
	-13.501 Urbana	
	-28.563 Rural	

* Arrecadação CPMF que deveria ser destinada à Previdência, com base na projeção de arrecadação em 2006, considerando-se que, da alíquota de 0,38% 0,10% são destinados à Previdência Social.

ENTREVISTA Cristovam Buarque relaciona onda de violência no país ao desinteresse pela educação de qualidade

CRISTOVAM BUARQUE

“É hora de fazermos a revolução”

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) é insistente. Presidente da Comissão de Educação para o biênio 2007/2008, o engenheiro de formação, ex-ministro da Educação e ex-reitor da Universidade de Brasília diz que o Brasil “não tem a cultura de privilegiar a educação” e só vai

derrubar os muros do atraso se todos se unirem para fazer a revolução do ensino. Na última sexta-feira, voltou a pregar em Plenário uma abordagem diferente para os problemas do país. A lição é clara: só a educação pode dar ao país igualdade de oportunidades.

“As pessoas estão despertando”, diz. Ele concedeu esta entrevista ao programa *Cidadania*, da TV Senado, com a participação do *Jornal do Senado* e da *Rádio Senado*.

Com a reflexão que a sociedade e o Congresso estão fazendo, diante da onda de violência, o senhor crê que o tema do ensino ganhará impulso?

Esses crimes que têm ocorrido trouxeram o problema da educação para o imaginário da população. O país chegou a uma realidade tão trágica que as pessoas estão despertando. Vamos falar com franqueza: não se dá importância à educação porque o eleitor também não dá. Ninguém ganha eleição falando de educação; eu, aliás, sou um exemplo. Se o povo despertar para a educação, os governantes vão ter que fazer. Aí a gente consegue aumentar a consciência no Brasil de que não bastaria, mesmo que fosse certo, reduzir a maioria penal. É preciso fazer uma revolução! Não é desapropriando, não é estatizando, não é na economia. É na educação. E a Comissão de Educação pode ser um alto-falante para reverberar os gritos que o povo começa a dar.

É mais barato para o Estado educar antes do que gastar depois com a repressão e o sistema punitivo, não?

Sem dúvida! Para se ter idéia, gasta-se cerca de R\$ 1 mil por ano por aluno na educação pública, o que é, aliás, muito pouco. Em contrapartida, cada menino que está na Febem custa R\$ 4,4 mil por mês.

A educação só poderá melhorar com maiores e melhores investimentos. Este ano entrou em vigor o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Dará à educação um padrão mínimo de qualidade?

Não. Votei a favor do fundo e qualquer dinheirinho que vier a mais para a educação, voto a favor. Mas não vamos mentir. É pouquíssimo o que vem aí no Fundeb. Precisamos de R\$ 7 bilhões por ano para mudar a educação. É 1% do Orçamento Geral da União! O Fundeb fala em R\$ 4 bilhões, mas só daqui a quatro anos. O governo falseia dados. Colocou R\$ 2 bilhões no Fundeb, mas esqueceu de dizer que R\$ 400 milhões já estavam lá, eram os recursos do antigo Fundef. São então só R\$ 1,6 bilhão a mais, mas deste dinheiro R\$ 300 milhões vieram de um programa orçamentário chamado “Educação de Jovens e Adultos”, que em 2007 teve as verbas cortadas pela metade. Outros R\$ 500 milhões do Fundeb saíram da rubrica “Ensino Fundamental”, que reduzirá de R\$ 2 bilhões para R\$ 1,5 bilhão as verbas neste ano. Então o governo só vai colocar entre R\$ 700 milhões e R\$ 800 milhões no Fundeb.

Não falta ao próprio usuário da educação pública este compromisso de cobrar e fiscalizar a qualidade?

Falta, porque no Brasil a cultura não privilegia a educação. Mesmo o pai que gasta um dinheirão educando um filho, no fundo não está querendo que

ele fique bem-educado, mas sim que tenha no futuro um bom salário. Imagine o garoto chegar com 17 anos para o pai e dizer: “Vou ser filósofo”. O pai fica com raiva. Não tem ninguém mais educado do que filósofo, mas não se ganha bem. Aí os pais não gostam. Não há este sentimento pela educação aqui. Em outros povos, sim. A gente tem pelo futebol, pela praia, pela economia, pelo consumo, não pela educação.

Talvez ainda se veja a educação como um gasto e não como um investimento.

O problema não é só dinheiro, mas a criação de um sistema nacional de educação. Para dar certo, tem que federalizar. A educação hoje é municipal. Mas há cidades com renda per capita 50 vezes maior do que outras. Veja o exemplo do Banco do Brasil: em todo país o funcionário recebe um salário federal e passou em um concurso federal. Temos que federalizar, mas não significa que o governo federal vai assumir a gerência da educação, pelo contrário. Radicalizo é na descentralização. Acho que deveria haver escola em que nem o prefeito mandasse, que fosse administrada pelos pais e mestres. Já ouvi prefeito dizer: “Tô com um problema enorme na minha cidade, tem muita criança para botar na escola”. Isto não é problema, é a solução para o Brasil!

Como modificar isto?

Dois muros não deixam o Brasil avançar: o do atraso em relação aos países desenvolvidos e o da desigualdade, que divide o país. A gente achava, há 20 anos, que para derrubar estes muros bastava crescer a economia. Não é verdade. A gente pode crescer o quanto for, mas não vai dar o salto e nem trazer a igualdade sem a revolução da educação. O capital de uma economia já não é mais a máquina, é o cérebro de quem desenha a máquina. Se você não for capaz de ter ciência e tecnologia, não vai dar o salto. A desigualdade não vai diminuir apenas porque a economia cresce. Ela só diminui se houver oportunidades para todos. E isto vem da escola. Antigamente um menino saía pobre do Nordeste – como o próprio presidente Lula –, chegava na rodoviária de São Paulo e já tinha um emprego. Aí fazia um curso de torneiro mecânico e subia na vida. Não é mais assim. Quem não tem curso, não tem emprego. E se não tiver boa base em matemática, informática e até inglês, não faz mais nem o curso!

Nos anos 50 a Coréia estava destruída pela guerra e era bem mais atrasada que o Brasil. Hoje está à nossa frente.

É um belo exemplo. Em 1960, a



Para o senador, é preciso criar um sistema nacional de educação pública, que seja federalizado e ao mesmo tempo descentralizado

renda per capita do Brasil era duas vezes maior que a da Coréia. Hoje, a renda per capita deles é quatro vezes maior que a nossa. O vetor que mudou o rumo da Coréia foi uma revolução na educação. Não só mais dinheiro, e sim um conjunto de ações: formação e cobrança dos resultados do professor, equipamentos, incentivo às crianças que estudam... Se amanhã chegar um presidente e disser “Vou fazer chover dinheiro nas escolas”, sabe o que vai acontecer? No dia seguinte, vira lama. É preciso que o dinheiro se transforme em sabedoria do estudante. Do dinheiro até o cérebro da criança há um longo processo. E o Fundeb não tratou disso.

É possível que uma política educacional resista às trocas de governos?

O caminho é fazer um grande acordo. A Irlanda é um bom exemplo. Em 1973, os partidos do país decidiram em que áreas fariam investimentos, mesmo com a eventual troca de governo no futuro. Resolveram investir

em ciência, tecnologia, educação e saúde. Desde então, essa política foi preservada. Temos que lutar para que o Brasil tenha políticos prontos para esse tipo de compromisso. A tragédia da violência está exigindo e é preciso que se chegue a um consenso. Não nos reunimos e fizemos uma constituinte? Na hora do apagão, a gente não ficou de acordo em economizar energia para superar a crise? Por que não ficamos todos de acordo para superar o apagão intelectual que a gente vive hoje? Educação é investimento. As pessoas esquecem que o salário do professor se transforma em conhecimento no cérebro da criança, que o salário vai virar tecnologia, ciência, cidadania.

A reforma universitária estará na pauta da CE ainda este ano?

Continua na Câmara, mas deve chegar ainda neste semestre. Será um bom debate. O governo fez um projeto

apenas para melhorar a administração. Mas creio que a comissão vai discutir como mudar a universidade, ainda muito presa ao conceito do século 19 e da primeira metade do século 20. Só que mudou tudo! Não tinha computador quando foi feita a última reforma universitária. Hoje, a maior parte do ensino não precisa mais ser presencial. A velocidade do conhecimento é enorme e da universidade é muito lenta. Para se fazer um doutorado, leva-se cinco anos... E aí já mudou tudo. A mecânica evoluiu menos em 300 anos do que nos últimos 30 anos. Por isso defendo que, na reforma universitária, seja incluída a obrigatoriedade da reciclagem permanente do aluno. Algumas universidades do mundo hoje já emitem diplomas de graduação com prazo de validade. Quem lembra como era uma agência bancária em 1980? Completamente diferente. Tudo mudou, até a missa, que era celebrada em latim. Só o que não mudou foi a sala de aula da escola pública. É grave! Para saber como será o futuro, olhe para a escola de hoje. Se for caindo aos pedaços, com professores mal remunerados, e violenta como é, o futuro vai ser feio.

O senhor é favorável ao sistema de educação integral?

Escola plena tem horário integral. Quatro horas não satisfazem. A classe média sabe disso e põe os filhos em cursos de línguas e de esportes. Como governante, Leonel Brizola foi precursor, nos anos 80. Pena que ele saiu do governo e tudo parou. Como seria o Rio se os Cieps fossem hoje mil, todos em horário integral? Seria outro. Os crimes não acabariam. Mas seriam exceção, não a regra. Crime ia ser coisa de algumas pessoas perversas. Sou de uma geração que defendia, no socialismo, a igualdade. Para mim, hoje, importante é a igualdade de oportunidades. Uns têm talento; outros, talento e persistência; outros, talento, persistência e vocação. Esses vão ser os bons. Já pensou se todos tivessem acesso a uma boa escola como têm a um campinho de futebol? Ah! o Brasil seria outro...

EDUCAÇÃO Avanço na universalização do setor é acompanhado de queda do nível de conhecimento dos alunos

Qualidade do ensino em xeque

Se o Estado brasileiro tem conseguido avançar na universalização do ensino no país, o mesmo não pode ser dito do aprimoramento na qualidade da educação. Pelo menos é isso o que indicam os resultados de duas avaliações do ensino brasileiro, divulgados no dia 7 de fevereiro pelo Ministério da Educação (MEC).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que testa conhecimentos de português e matemática em estudantes das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio, revelou os mais baixos índices de rendimento desde 1995.

Criado como mecanismo para mensurar o desempenho dos alunos ao longo do tempo, o Saeb é aplicado a cada dois anos. Em 2005, foram avaliados 194.822 alunos de 5.940 escolas públicas e particulares.

Ao se comparar os índices atuais aos de 2003, nota-se queda de rendimento de 9,1 pontos na média de português e 7,4 pontos na de matemática, em escala de 0 a 500. Em 2005, a média do 3º ano do ensino médio foi de 257,6 em português e 271,3 em matemática.

Foram anunciados em fevereiro

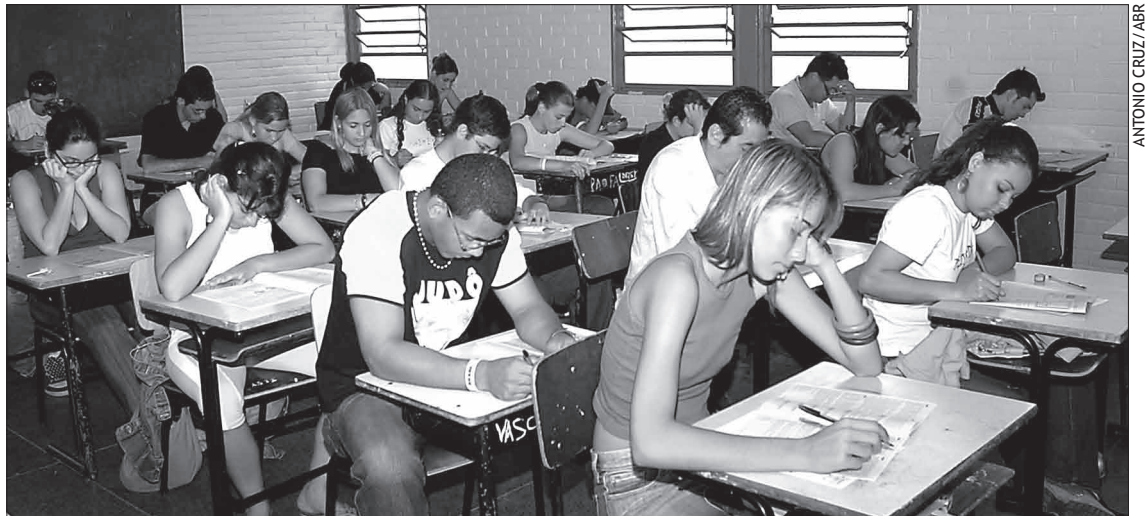
também os dados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2006, que igualmente indica queda de rendimento entre os estudantes do ensino médio. O exame é aplicado desde 1998, de forma voluntária. Pode ser feito por alunos que estão concluindo o ensino médio ou por aqueles que já concluíram.

Em sua primeira edição, cerca de 115 mil alunos participaram. Na última, foram 2,78 milhões. O grande aumento na procura se deve ao fato de que as notas são usadas como base para bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni).

A média das notas na prova objetiva caiu de 39,4, em 2005, para 36,9 em 2006. Já na redação, a média caiu de 55,96 para 52,08. A nota máxima em ambas as provas é 100.

Para Reynaldo Fernandes, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao MEC que realiza as avaliações, uma das explicações para a piora do rendimento dos estudantes do ensino médio é o aumento do número de alunos no final da década de 90, no governo Fernando Henrique Cardoso.

– A queda no rendimento é um



Resultados de exames divulgados pelo MEC revelam os mais baixos índices de rendimento desde 95

efeito da expansão do ensino, que também aconteceu nos anos 60 nos Estados Unidos – disse Fernandes.

Segundo ele, essa piora já pôde ser notada em 1999. Naquele ano, os alunos da 4ª série tiveram uma grande queda em relação a 1997. As notas caíram de 186,5 para 170,7 em português. Em matemática, elas caíram de 190,8 para 181,0.

No ensino fundamental, por outro lado, os estudantes da 4ª série apresentaram o melhor rendimento no Saeb desde 99. De 2003 para 2005, houve um salto de 169,4 para 172,3 na média de

português e de 177,1 para 182,4 na de matemática. Na 8ª série, a média de português variou negativamente em apenas 0,1 ponto – de 232,0 para 231,9 –, e a de matemática caiu de 245 para 239,5.

Vale lembrar que os estudantes brasileiros – ao lado dos da Indonésia e Tunísia – estão entre os que têm os menores níveis de conhecimento de acordo com o Programme for International Student Assessment (Pisa). A principal finalidade do Pisa é produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho

de alunos na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. Inclui testes de matemática, ciências, leitura e resolução de problemas.

O programa é coordenado internacionalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No Brasil, o Pisa é coordenado pelo Inep. Foram realizadas provas em 2000, 2003 e 2006. A última edição teve a participação de 57 países. China e Finlândia têm sido os países com melhor desempenho no Pisa.

Secundaristas têm notas abaixo da crítica

O Ministério da Educação divulgou em fevereiro os dados da última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A média das notas na prova objetiva caiu de 39,40 em 2005, para 36,90 em 2006. Já na redação, a média caiu de 55,96 para 52,08. A nota máxima em ambas as provas é 100. O Rio Grande Sul foi o estado com melhor desempenho. Tocantins, o pior.

Estados	Nota média Prova objetiva
Rio Grande do Sul	39,63
Minas Gerais	39,03
São Paulo	38,86
Rio de Janeiro	38,61
Espírito Santo	38,51
Paraná	38,07
Santa Catarina	37,83
Distrito Federal	37,96
Brasil	36,90

Pernambuco	35,97
Goiás	35,48
M. G. do Sul	34,84
Ceará	34,74
R. G. do Norte	34,20
Mato Grosso	33,91
Paraíba	33,66
Sergipe	33,52
Bahia	33,27
Piauí	33,15
Pará	33,13
Rondônia	32,68
Alagoas	32,32
Amapá	31,44
Roraima	31,40
Maranhão	31,35
Acre	31,05
Amazonas	30,85
Tocantins	30,76

Estados	Nota média Redação
Rio Grande do Sul	57,09
Santa Catarina	54,22
Paraná	53,77
M. G. do Sul	53,54
Rio de Janeiro	53,34
Minas Gerais	53,06
Distrito Federal	52,74
Espírito Santo	52,62
Brasil	52,08

São Paulo	51,93
Ceará	51,59
Bahia	51,53
R. G. do Norte	51,27
Pernambuco	51,10
Goiás	50,42
Amapá	50,00
Paraíba	49,99
Pará	49,78
Amazonas	49,73
Piauí	49,28
Rondônia	49,18
Sergipe	48,98
Maranhão	48,93
Alagoas	48,01
Acre	47,97
Mato Grosso	47,96
Tocantins	45,96
Roraima	45,37

Haddad: dados foram mal interpretados

O ministro da Educação, Fernando Haddad, reforçou a importância dos dados divulgados pelo MEC sobre o desempenho dos estudantes no ensino básico. Na opinião do ministro, que foi convidado para explicar na Comissão de Educação do Senado os resultados do Saeb e do Enem referentes ao biênio 2005/2006, o Brasil precisa superar os desafios da educação se quiser ter crescimento econômico com desenvolvimento.

– Temos um desafio enorme pela frente na qualidade da educação básica: refiro-me, principalmente, às creches e ao ensino da quinta à oitava série. Outro grande desafio é a ampliação do acesso da população ao ensino superior – afirmou.

Sobre o fraco desempenho dos alunos nos exames do MEC, o

ministro explicou que os dados divulgados foram mal compreendidos pela imprensa em geral. Segundo ele, já era esperada a queda na média dos alunos da oitava série, com base nos exames do Saeb aplicados em 2005. Isso porque, disse, a queda reflete um ensino deficitário de 1995 a 2001, quando os alunos estavam nas etapas iniciais do ensino fundamental.

– São esses alunos que hoje estão na oitava série – explicou, para em seguida dizer que hoje tem havido uma melhora no desempenho das etapas iniciais.

Quanto ao Enem, a interpretação da imprensa foi, segundo Haddad, “tecnicamente equívoca”, pois comparou os exames de um ano com o outro. O ministro esclareceu que esse exame não “carrega memória”, como o Saeb, portanto não permite esse tipo de análise.

– Diferentemente do Saeb, só é possível a comparação do Enem dentro do ano. Podemos comparar o desempenho de um estado em relação ao outro ou de uma escola em relação a outra, mas não de um ano com outro.

Ao falar do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), Haddad destacou que neste ano haverá um aporte maior de recursos para os municípios, que receberão dos estados R\$ 9,2 bilhões.

“Queda de rendimento reflete ensino deficitário de 1995 a 2001”

Senadores querem prioridade para a educação

Autora do requerimento para a realização da audiência pública com o ministro da Educação, Fernando Haddad, realizada na última terça-feira na Comissão de Educação (CE), a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) considera que a educação é o caminho para a redução da violência no país.

– Como teremos um país bom para se viver se não temos educação suficiente? – questionou a parlamentar, que já foi secretária de Educação em seu estado.

Na opinião da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), é preciso montar um sistema de incentivo às escolas, com base no desempenho delas em avaliações feitas

pelo MEC. Para Flávio Arns (PT-PR), “lugar de criança não é na escola, mas sim no Orçamento, pois se a criança estiver no Orçamento, vai poder ir para a escola”.

Augusto Botelho (PT-RR), por sua vez, destacou o grande número de professores no Brasil sem formação superior.

Papaléo Paes (PSDB-AP) salientou a necessidade de o governo federal rever seus programas assistenciais na área da educação, que se tornaram, segundo ele, moeda de barganha em troca de votos, na última eleição.

Para o presidente da CE, senador Cristovam Buarque

(PDT-DF), é preciso fazer uma revolução na educação brasileira. Ex-ministro da Educação, ele concorda que houve um aumento no acesso de crianças brasileiras à escola, mas não houve aumento na cobertura da educação (leia entrevista na página 12).

Os integrantes da CE encaminham ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pedido de inclusão, no site da Casa, de um documento distribuído por Cristovam com propostas para melhorar a educação. A sugestão foi dada pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG), que chamou o documento de “PAC da Educação”.

COMISSÕES

Novo incentivo para centros de pesquisa

A Comissão de Educação (CE) aprovou na quarta-feira parecer do senador Flávio Arns (PT-PR) favorável a que se façam alterações na chamada Lei do Bem (Lei 11.196/05) para a criação de novos incentivos fiscais a empresas que investirem em projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica.

Depois de votado pelo Plenário do Senado, o projeto seguirá para nova análise na Câmara – onde já foi aprovado –, devido à inclusão, na CE, de emenda do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que se refere às empresas da Zona Franca de Manaus.

De autoria do Poder Executivo, a matéria (PLC 124/06) garante a dedução, no Imposto de Renda (IR) e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), dos investimentos feitos em pesquisa e desenvolvimento por intermédio de projetos executados por instituições científicas e tecnológicas (ICTs).

Para Flávio Arns, esses novos

incentivos podem contribuir para a política nacional de inovação, com o fortalecimento de universidades e centros de pesquisa, e para que tais instituições se aproximem do setor produtivo.

– Muitas ICTs brasileiras detêm competência para a realização de pesquisas, mas tal competência é pouco aproveitada pelas empresas brasileiras – explicou Arns.

Depois de muita discussão, a CE aprovou também a emenda do senador Flexa Ribeiro revogando a parte da Lei do Bem que impedia a cumulatividade de incentivos por parte das empresas de informática e automação da Zona Franca de Manaus que já se beneficiam com a redução de 70% do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI).

Flexa Ribeiro teve que pedir



Flávio Arns afirma que benefícios fiscais ajudarão universidades e centros de pesquisa

destaque à emenda, que era rejeitada no parecer do relator. Para Flávio Arns, ao revogar o dispositivo, as empresas estariam sendo beneficiadas duplamente, com uma única contrapartida: a de investir pelo menos 5% de sua receita em pesquisa. Mas os senadores entenderam que não havia cumulatividade, porque enquanto a redução do IPI contempla o consumidor, a Lei do Bem beneficia as empresas.

Comissão aprova Sardenberg na Anatel

Por unanimidade, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou na quinta-feira o nome do embaixador Ronaldo Sardenberg, ministro da Ciência e Tecnologia no governo Fernando Henrique Cardoso, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A indicação presidencial segue agora para análise do Plenário do Senado.

A oposição, que compareceu em peso à reunião, enalteceu a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de indicar Sardenberg. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que reiteradamente faz críticas ao governo – e que não é membro da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – fez questão de comparecer à reunião para elogiar a indicação presidencial. Para o senador, “o governo sairá ganhando com a presença de Sardenberg na Anatel”.

– Fiquei surpreso ao ser convidado pelo presidente Lula para o cargo e entendo que a minha nomeação faz parte de uma política destinada a fortalecer a agência – previu Sardenberg, ao pregar a independência da Anatel, “desde que ela não seja arrogante e esteja em sintonia com o governo, a quem deve consultar sempre”.

Wellington quer avaliar diretores de agência

O presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), senador Wellington Salgado (PMDB-MG), informou que encaminhou à Mesa do Senado pedido para que o colegiado passe a examinar as indicações dos nomes de diretores da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A comissão vai realizar audiência pública com os ministros da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, e das Comunicações, Hélio Costa, para debater questões prioritárias dos dois setores nos próximos quatro anos. A primeira dessas audiências está marcada para esta quarta-feira, a partir das 8h45. O requerimento para a realização das audiências com os ministros é de autoria do presidente da CCT. Na primeira parte da reunião, foi deliberado o cronograma de trabalho do colegiado, que se reunirá todas as quartas-feiras, às 8h45. Fixado o cronograma, os senadores aprovaram, por unanimidade, 27 projetos de decreto legislativo com decisão terminativa na comissão – todos de autoria do Executivo. As proposições autorizam serviços de radiodifusão comunitária em frequência modulada e apenas um deles renova concessão outorgada a uma emissora de TV.

Aprovado projeto que beneficia gestantes

A gestante atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) poderá ter o direito de saber com antecedência em que maternidade fará o parto e onde deverá ser atendida, em caso de problemas no período pré-natal. Projeto com esse objetivo foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposição é de autoria da senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), presidente do colegiado.

O projeto de lei (PLC 54/06) determina que, no ato da inscrição no programa de acompanhamento pré-natal, a gestante deverá ser informada sobre a maternidade na qual será atendida.

– Especialmente nos grandes centros, não são raras as ocasiões em que a gestante em trabalho de parto tem que fazer verdadeira peregrinação pelos hospitais da cidade, em busca de vaga em maternidade – diz a senadora.

CAS define presidente e vice de subcomissões permanentes

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) elegeu na quarta-feira os presidentes e os vice-presidentes das suas três subcomissões permanentes, para um mandato de dois anos. Os eleitos foram empossados na mesma reunião.

Os senadores Papaléo Paes (PSDB-AP) e Augusto Botelho (PT-RR) foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, da Subcomissão Permanente da Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. A Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais

das Pessoas com Deficiência será presidida pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e terá na vice-presidência o senador Flávio Arns (PT-PR). Já a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência será presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e terá como vice-presidente o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

A senadora Kátia Abreu (PFL-TO), suplente na Subcomissão de Saúde, apresentou requerimento pela realização de audiência para discutir a prevenção ao câncer de mama.

Propostas visam inclusão de deficientes

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou substitutivo de Flávio Arns (PT-PR) a projeto (PLS 295/04) de Aloizio Mercadante (PT-SP) para fixar que 5% das vagas nos programas de qualificação financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) sejam reservadas para deficientes. A CDH acolheu ainda substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) a projeto (PLS 209/04) de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que prevê marcação nos teclados telefônicos para que possam ser usados por cegos. As propostas terão mais um turno de votação na CDH, com decisão terminativa.

Empresas deverão financiar creche e pré-escola

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) com a finalidade de oferecer assistência gratuita em creches e pré-escolas aos dependentes de trabalhadores urbanos e rurais com até cinco anos de idade. A proposta, aprovada por unanimidade e em decisão terminativa, estabelece que tal benefício é de responsabilidade de empresas com mais de 70 empregados. De acordo com o projeto (298/03), o empregador poderá prestar a assistência de forma direta, no próprio ambiente de trabalho, ou por meio de convênio com creches e pré-escolas ou pelo pagamento de auxílio-creche.

Criada Subcomissão dos Biocombustíveis

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou na quinta-feira requerimento do senador João Tenório (PSDB-AL) criando a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis. O presidente da CRA, senador Joaquim Roriz (PMDB-DF), solicitou aos líderes partidários a indicação dos nomes que integrarão a subcomissão, que deverá ser presidida pelo autor do requerimento.

Ao justificar a proposta de criação da subcomissão, João Tenório afirmou que o agronegócio participou com US\$ 42,7

bilhões de superávit para um saldo na balança comercial de US\$ 46 bilhões, em 2006. As matérias-primas para os chamados biocombustíveis têm participado com uma parcela crescente desse volume destinado ao mercado externo, disse João Tenório.

– Tanto a produção do etanol como a produção do biodiesel têm crescido no país de forma muito acentuada. A produção atual de etanol já é superior a 16 bilhões de litros ao ano e deve chegar a 17,5 bilhões na safra 2006/2007 – argumentou.

Cerca de 250 mil agricultores devem participar dessa cadeia produtiva, mas o governo federal ainda não regulamentou nem definiu totalmente as regras do setor, o que, na opinião de João Tenório, terá de ser feito, obrigatoriamente, no menor tempo possível.

– Pela importância que terão os biocombustíveis no futuro e pelas possibilidades de participação do Brasil nesse futuro, acredito que é fundamental o acompanhamento, pelo Poder Legislativo, do desenvolvimento desse setor – disse Tenório.

PÃO FRANCÊS - A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou requerimento do senador Sibá Machado (PT-AC) que pede a realização de audiência para debater formas de comercializar o pão francês. A reunião objetiva instruir o projeto do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que propõe a venda do pão francês tanto por peso quanto por unidades de 50 gramas, conforme a escolha do consumidor. O projeto (PLS 294/06), que terá decisão terminativa na CMA, já teve parecer favorável do senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

SUBCOMISSÕES - A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) criou a Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo. O colegiado foi instituído a pedido do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), e será presidido por José Nery (PSOL-PA). Também foi estabelecido que a Subcomissão Permanente da Criança, Adolescente e Juventude terá como presidente Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE) e como vice Flávio Arns (PT-PR). Outras duas subcomissões definiram os nomes dos presidentes: na do Idoso, será Leomar Quintanilha (PMDB-TO), e na da Igualdade Racial e Inclusão, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

ECONOMIA

Compra de dólares será mantida

O senador José Agripino (PFL-RN) pediu ao presidente do BC esclarecimentos sobre os custos das intervenções do BC para comprar dólares, em razão do excesso de ingressos da moeda no país, com elevação das reservas ao patamar de US\$ 100 bilhões.

Henrique Meirelles admitiu que manter as reservas em aplicações seguras oferece ao país retorno inferior aos custos envolvidos na captação de recursos que financiam as aquisições. Porém, disse que o aumento das reservas reforça a confiança no país, o que contribui, por outro lado, para reduzir os custos globais de captação, tanto no mercado interno quanto externo.

A política de compras de dólares no mercado para elevar as reservas, adotada pelo BC desde 2004, tem sido um sucesso, segundo ele. Na segunda-feira, as reservas chegaram a US\$ 99,716 bilhões. Em fevereiro, as compras de dólares realizadas pelo BC superaram US\$ 8 bilhões. Meirelles descartou ainda mudanças na autonomia do Banco Central durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Meirelles vê sucesso em metas de inflação

O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, disse, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que a meta de inflação do banco para este ano é de 4,5%, mas a expectativa é de que o índice fique em 4%. Para 2008, a meta do BC é idêntica à deste ano, mas o mercado financeiro acredita que chegue apenas a 4,1%.

Meirelles falou, na CAE, sobre as metas de inflação, política monetária e cambial e desempenho do Banco Central, atendendo requerimento do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da comissão. A principal tarefa do presidente do BC foi explicar aos senadores o sucesso do regime de metas de inflação adotado pelo Brasil em junho de 1999 e usado hoje por 24 países, tanto emergentes como desenvolvidos.

A inflação média nos países emergentes que seguem o regime era de cerca de 20% e agora é de 4%. Os países desenvolvidos, segundo ele, conseguiram controlar e estabilizar sua inflação em 2%.

Meirelles afirmou que a taxa de juros reais está caindo e que esse fato está relacionado à rota

de crescimento sustentado. Informou também que a queda e o controle da inflação têm proporcionado crescimento médio do número de vagas do mercado formal acumulado em 12 meses, que foi de 1,272 milhão no período de 2004 a 2006. Em 2003, esse crescimento foi de 667 mil empregos. Também a massa salarial, segundo o presidente do BC, cresceu 6% no último ano.

Henrique Meirelles também informou aos senadores que as vendas no varejo cresceram e ficaram robustas a partir de 2003, dado que está relacionado diretamente, segundo apontou, com a elevação da massa salarial. A confiança dos consumidores, que ficou abalada e sofreu queda em 2005, recuperou-se, segundo ele, e houve também crescimento na venda de veículos, na produção industrial e nos investimentos, estes últimos relacionados com a queda do risco-Brasil.



Para Meirelles, adoção do regime trouxe estabilidade e controle da inflação



Mercadante, presidente da CAE cobrou taxa de juros mais baixa

Presidente do BC é contra o fim da CPMF

Ao responder ao senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre o impacto dos tributos – a chamada cunha fiscal – no custo das operações de empréstimo, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, admitiu que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) “não é dos melhores impostos”, mas alertou que o fim da CPMF pode gerar grande instabilidade nas fontes de financiamento das despesas públicas. Para ele, esse tributo é dos mais eficazes, pois é difícil de ser sonegado.

Para Meirelles, será difícil conceber um outro tributo para substituir a CPMF nas circunstâncias atuais. Ele também defendeu a retomada do debate da reforma para racionalizar o sistema tributário, na sua opinião uma questão de amplo consenso. O governo deve encaminhar medida provisória ao Congresso para propor a renovação da CPMF, cuja vigência termina em dezembro. Marconi Perillo (PSDB-GO) elogiou a atuação do BC, reservando críticas ao governo pela má qualidade do gasto público.

Base governista critica política do BC, que oposição elogia

A política de metas de inflação conduzida pelo Banco Central (BC) está correta, mas existe espaço para uma redução mais rápida da taxa básica de juros (Selic), para que o país cresça em ritmo mais firme. Foi o que observaram senadores da base governista ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, na audiência na CAE.

A favor de uma redução das taxas, o senador Aloizio Mercadante observou que a inflação tem ficado abaixo das expectativas nos últimos dez meses, o risco país está abaixo dos 200 pontos, as reservas cambiais alcançaram patamar significativo e o cenário internacional é favorável.

– Tem espaço para a taxa Selic cair – opinou Mercadante.

Meirelles reconheceu que os juros no país ainda estão em patamar mais alto do que a maioria dos países com regime de metas, mas salientou que a queda tem



Virgílio elogia ação do BC e critica “inércia” do governo

sido consistente. Lembrou que a diferença entre a taxa básica de juros do Brasil e dos Estados Unidos caiu pela metade nos últimos anos. Segundo ele, o que dificulta



Casagrande pede informações sobre participantes do Copom

agora o crescimento não é propriamente a inflação ou juros, mas outros problemas que serão atacados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), o BC não poderia fazer nada muito diferente do que vem sendo praticado na política monetária. Se o país não cresce, afirmou, isso decorre da “inércia e falta de capacidade operacional do governo”.

– Nesse governo, só quem entregou a mercadoria prometida foi o BC: a inflação dentro da meta – observou Virgílio, que chegou a dizer que não via futuro para Meirelles e sua equipe nesse governo.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) manifestou preocupação com a

valorização do real frente ao dólar. Segundo ele, a trajetória da moeda americana indica que sua cotação cairá para menos de R\$ 2,00, com prejuízo para o setor exportador e a geração de empregos, além de riscos para a balança comercial.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou maior clareza nas atas do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre a posição de cada membro da diretoria nas votações referentes à fixação da taxa Selic.

Em resposta ao senador Renato Casagrande (PSB-ES), Henrique Meirelles ressaltou ser inadequada a participação de nomes externos à diretoria do BC no Copom, pois poderia haver conflitos de interesses e riscos de abertura de informações privilegiadas.

MERCOSUL

“Ingresso da Venezuela é inadequado e indesejável”, diz Abdenur

O ingresso da Venezuela no Mercosul, como membro pleno do grupo econômico, foi criticado pelo ex-embaixador brasileiro nos Estados Unidos Roberto Abdenur, durante depoimento à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– Infelizmente, o que se está montando na Venezuela é uma ditadura. O ingresso desse país no Mercosul é inadequado, indesejável e contraproducente por razões políticas e econômicas. E vai alterar o jogo de poder dentro do bloco em detrimento do Brasil

– disse Abdenur.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que o governo de Chávez estaria desrespeitando a chamada cláusula democrática do Mercosul, pela qual todos os países do bloco têm de respeitar as regras do regime democrático.

Autores do requerimento de convite a Abdenur, os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) manifestaram preocupação com a suposta ideologização do Itamaraty e a possível interferência, nesse

sentido, do assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia. O ex-embaixador reafirmou que pessoas de “alta competência” teriam sido preteridas na ascensão profissional por não estarem de acordo com a nova linha do ministério.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) observou que os principais obstáculos ao ingresso de produtos brasileiros no mercado dos EUA devem-se à atuação de parlamentares de regiões que seriam afetadas pelas exportações

brasileiras. Abdenur lembrou os “imensos poderes” dos parlamentares norte-americanos sobre a política comercial de seu país.

Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a política externa do governo Lula, enquanto o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) a considerou “justa e correta”. O senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu a retomada de negociações para a aproximação entre o Mercosul e a União Européia e para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Eduardo Suplicy (PT-SP) contestou a acusação de que todos os livros indicados pela direção do Itamaraty tivessem forte conotação ideológica. Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse ter ficado surpreso com as críticas de Abdenur e questionou a possível utilização de critérios ideológicos nas promoções de diplomatas. Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, por buscar uma política que não seja “nem de atrelamento, nem de trombada” com os EUA.

SENADO

Conselho político irá discutir o Brasil

Com o foco na formulação de políticas e diretrizes de interesse do país, o Senado deve instalar este ano o Conselho de Estudos Políticos, composto de quatro senadores, dois servidores da Casa e três cidadãos de notórios conhecimentos, para discutir o Brasil. A instalação do conselho, decidida em reunião da Mesa na semana passada, foi considerada importante para que o Senado, mediante um órgão consultivo, estude, discuta e proponha soluções para o país e para o próprio aperfeiçoamento da Casa.

Criado em 2006, o conselho tem cinco objetivos definidos: realizar estudos e propostas relativas a políticas e diretrizes de interesse do país e do Senado;

discutir e propor tecnologias, planos, programas ou projetos, políticas ou ações governamentais de alcance setorial, regional ou nacional; colaborar com entidades públicas e privadas na elaboração de estudos e pesquisas consentâneos com suas finalidades; organizar fóruns, conferências e outros encontros para discutir propostas relevantes para o país; e divulgar os resultados de suas atividades.

Os membros do conselho serão designados pelo presidente do Senado e o apoio técnico a seu funcionamento será oferecido pelos órgãos de assessoramento superior, pelo Órgão Central de Coordenação e Execução e pela Secretaria de Coordenação Técnica e de Relações Institucionais

da Presidência do Senado.

Comissão do Sistema Tributário

A Mesa deliberou ainda sobre a instalação, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de subcomissão para avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional. A arrecadação de todos os tributos do país somam hoje 40% do produto interno bruto (PIB). Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, o excesso de tributos inibe a atividade econômica e a geração de empregos.

Prevista no artigo 52 da Constituição, a CAE deverá acompanhar o desempenho das administrações tributárias da União, estados, Distrito Federal e municípios.



Reunião da Mesa do Senado decide pela instalação do Conselho de Estudos Políticos este ano

OAB entrega proposta de reforma política

O presidente do Senado, Renan Calheiros, vai receber da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) propostas para a reforma política. Na última sexta-feira, o presidente da entidade, Cezar Britto, entregou o documento ao presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, contendo as propostas preparadas pela OAB, bem como um manifesto de 40 entidades da sociedade civil que também participaram da discussão do tema.

A iniciativa da entidade, informou Cezar Britto ao lado dos

presidentes de 30 seccionais estaduais da Ordem, é demonstração de que a OAB respeita o Congresso Nacional. Para o presidente da Ordem, o Parlamento tem papel fundamental num estado democrático de direito.

– Se não existir um Parlamento forte, não há que se falar em democracia – observou.

O presidente da Câmara disse acreditar que outras entidades também apresentarão sugestões para a reforma. Mas ele afirmou que a reforma política poderá ser aprovada ainda no primeiro

semestre e disse que procedimentos relativos a essa finalidade serão tratados com os líderes daquela Casa nesta semana.

O presidente da OAB destacou, entre as sugestões feitas, a redução do mandato dos senadores, de oito para quatro anos, e a extinção da figura de suplente de senador. Também foi proposto que a realização de plebiscito e de referendo não necessitem da aprovação do Congresso, além de adoção de regras diferenciadas para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

Mozarildo homenageia presidente da LBV

O líder do PTB, senador Mozarildo Cavalcanti (RR), homenageou o presidente da Legião da Boa Vontade (LBV), José de Paiva Netto, que completou 66 anos na última sexta-feira. Ele ressaltou que Paiva Netto já dedicou 51 anos de sua vida às atividades humanitárias da LBV.

O senador disse que Paiva Netto preside a LBV desde 1979. Nesses 28 anos, lembrou, ele multiplicou os programas sociais e educativos da entidade em cerca de 15.000%.

– Hoje a LBV atua em todo o país, por meio de escolas de educação básica, lares para crianças, adolescentes e idosos, centros comunitários e educacionais – afirmou o senador.

O trabalho, informou ainda Mozarildo, já foi ampliado para países como Argentina, Uruguai, Bolívia, Portugal e Estados Unidos. De acordo com o parlamentar, a LBV tornou-se também a primeira organização não-governamental (ONG) do Brasil a conquistar, na Organização das Nações Unidas (ONU), o status consultivo geral no Conselho Econômico e Social (Ecosoc).

Paim destaca campanhas da fraternidade da CNBB

As diversas campanhas da fraternidade desenvolvidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), principalmente a deste ano, que tem como tema “Fraternidade e Amazônia – vida e missão neste chão”, foram objeto do pronunciamento do senador Paulo Paim (PT-RS) na última sexta-feira.

Paim lembrou que a Amazônia não é apenas a maior floresta tropical do mundo, mas também um estoque de biodiversidade sem igual, com várias espécies animais e vegetais ainda desconhecidas. No entanto, a rápida e cotidiana destruição dessa floresta, entre outros problemas que degradam o meio ambiente, afeta todas as formas de vida do planeta, assinalou.

O senador denunciou ainda a ação de pesquisadores estrangeiros que se infiltram na floresta para estudar espécies vegetais e animais nacionais e, depois, registram patentes em seus nomes, o que lhes confere direitos comerciais sobre as riquezas brasileiras.

Virgílio pede que PFL reveja ação contra MP 352

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), fez apelo aos líderes do PFL para que revejam a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) ajuizada pelo partido junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). A ação contesta a Medida Provisória 352/07, que institui um conjunto de medidas fiscais para estimular o setor industrial na produção de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores. A MP é integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apresentado pelo governo no final de janeiro.

– O PAC tem uma série de erros, mas não nessa MP, que é boa para alguns estados, como o Amazonas – explicou Virgílio.

Para o PFL, a medida provisória é inconstitucional porque estabelece novos tributos. Virgílio contra-argumentou, no entanto, que não aprová-la significa postergar um momento essencial para o desenvolvimento tecnológico brasileiro, pois o texto beneficia estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, entre outros, que se prepararam para fazer a transmissão do sinal digital.



Arthur Virgílio explica que medida contida no PAC é boa para alguns estados

Suframa completa 40 anos

Em seu discurso, Arthur Virgílio também celebrou os 40 anos de criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), idealizada pelo então deputado Francisco Pereira da Silva, e ressaltou que o pólo de Manaus é imprescindível para a retomada do crescimento brasileiro e para a geração de empregos. Virgílio destacou que as 450 indústrias registram sucessivos marcos vitoriosos.

– Temos tudo para concorrer com os tigres asiáticos – frisou o parlamentar.

Augusto Botelho elogia desempenho do BB

O senador Augusto Botelho (PT-RR) destacou na última sexta-feira o desempenho do Banco do Brasil (BB) em 2006. Ele relatou que a instituição, nesse ano, registrou lucro líquido da ordem de R\$ 6 bilhões, resultado que foi 45,5% superior ao obtido pelo banco no exercício anterior.

– A instituição brasileira mais confiável de nosso sistema financeiro está pronta para colaborar com as metas de crescimento do presidente Lula – disse.

Os dados divulgados, registrou Augusto, mostram que o BB fechou o exercício acumulando ativos totais de R\$ 296,36 bilhões, enquanto o número de

clientes cresceu para 24,4 milhões. Esses números, acrescentou, mantêm a instituição com o status de maior estabelecimento bancário do Brasil.

O senador salientou, ainda, que o BB alcançou avanço importante na área internacional e que a gerência de negócios dessa área desempenha papel “crucial” para o desenvolvimento de estados com fronteiras internacionais. Seria o caso de Roraima, por cujo território, lembrou, transitam mercadorias e moedas da Venezuela em escala progressiva.

Augusto foi apartado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Mão Santa (PMDB-PI).

Lobão: empresas prestadoras de serviço perdem

Edison Lobão (PFL-MA) considerou primordial para o desenvolvimento econômico do país oferecer maiores facilidades para a abertura e a formalização de empresas. O senador elogiou a criação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovada em dezembro passado, mas lamentou que as novas regras não tenham alcançado os estabelecimentos destinados à prestação de serviços de natureza intelectual, técnica, científica, desportiva, artística ou cultural. Para Lobão, o setor foi tratado de maneira discriminatória.

Mão Santa: governo deveria concluir obras inacabadas

Mão Santa (PMDB-PI) voltou a criticar na última sexta-feira o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado janeiro pelo governo. Para o senador, o presidente Lula, em vez de criar um novo plano de desenvolvimento, deveria tratar de implementar ações no sentido de concluir obras inacabadas espalhadas por todo o país, que, disse, são muitas. Mão Santa afirmou que no seu estado, o Piauí, nada menos do que dez obras consideradas vitais para a economia e para a população estão inacabadas. Ele também voltou a pedir a construção da refinaria de petróleo de Paulistana.

Voz do Leitor

PRONAF

“Parabenizo o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) do governo federal, que dá assistência aos pequenos agricultores e tem como finalidade fixar o homem no seu meio, diminuindo cada vez mais o êxodo rural através do empreendedorismo.”

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

CONCURSO

“Sugiro aos senadores que proponham o fim da taxa cobrada para inscrição nos concursos públicos.”

Reginaldo Zucoloto, de Venda Nova do Imigrante (ES)

PARTICIPAÇÃO POPULAR

“Gostaria de expressar a minha revolta e a de milhões de brasileiros com as práticas políticas atuais. Muitos políticos se apoderaram dos bens públicos como se fossem seus, pessoais. Acredito na mudança, mas quando a sociedade civil participar ativamente das decisões. Só assim teremos um país mais justo e democrático. Minhas sugestões são: projetos de lei incentivando a participação popular em uma democracia direta; audiências públicas anuais dos gestores municipais prestando conta de suas ações à população (com voto de aplauso ou de rejeição pela população); e a criação do cargo de ombudsman dos serviços públicos de saúde e educação.”

Ivandro Batista de Queiroz, de Sumé (PB)

DESACATO AO SERVIDOR

“Acho que os diversos órgãos públicos tinham de ter uma placa visível com o artigo da Constituição federal que trata sobre o desacato ao servidor público. A população precisa estar mais ciente dos seus direitos e deveres perante a sociedade.”

Jessé Leonardo Anjos da Silva,

de Feira de Santana (BA)

TRABALHO INFANTIL

“No Brasil, existem milhares de crianças que trabalham ao invés de investir nos estudos e nas brincadeiras. Gostaria de saber por que tal situação crítica do país não muda.”

Edivan Cardoso Machado, de Viseu (PA)

ALFABETIZAÇÃO

“Sugiro que o governo federal disponibilize recursos, como materiais didáticos, para os alunos do Programa Brasil Alfabetizado.”

Joab Barbosa dos Santos, de Santa Rita (PB)

DOROTY STANG

“É inadmissível o fato de que até hoje os acusados de terem assassinado a missionária americana Dorothy Stang não tenham sido julgados, pois já se passaram dois anos. É uma vergonha para o povo e para a Justiça brasileira.”

Eric de Assunção Pereira, de Viseu (PA)

SEGURO-DESEMPREGO

“Sugiro um projeto de lei para que os funcionários públicos que têm cargos comissionados tenham direito de receber o seguro-desemprego no caso de demissão, pois somente os funcionários de iniciativa privada têm esse direito.”

Jorge Pereira de Oliveira, de Jandira (SP)

EFEITO ESTUFA

“O ecossistema encontra-se ameaçado devido às ações destruidoras do homem. Parabenizo o Senado por informar a população sobre a necessidade de reduzir a emissão dos gases poluentes na atmosfera, que causam o efeito estufa.”

Matheus Silva Pereira Brito, de Riachão do Jacuipé (BA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

CONTROLE DO TABACO

Samuel Campos Ferreira, de Botelho (MG)

“Qual é a opinião dos senadores sobre a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco?”

O senador Tião Viana (PT-AC) responde:

Eu tive a satisfação de ser o principal mobilizador no Senado para que houvesse um entendimento com os senadores que representavam os interesses econômicos dos produtores de tabaco e derivados, especialmente da região Sul. Os produtores de fumo não ficarão desamparados e, aos poucos, deverão substituir o plantio do tabaco por culturas alternativas. Graças a Deus, a Convenção Quadro foi aprovada no Parlamento, o acordo foi constituído e agora precisa cumprir o seu tempo. Foram estabelecidas metas bem claras: temos até 2011 para a execução plena dos propósitos firmados. Eu tenho certeza de que o governo vai agir com responsabilidade no cumprimento das metas e em termos de fiscalização e de controle sobre o fumo. Acredito que as medidas previstas irão diminuir o número de mortes diretamente ligadas ao consumo do fumo. O uso contínuo do tabaco é associado ao surgimento de vários tipos de câncer. Sabemos que 80% dos viciados em nicotina desejam abandonar o cigarro e que, anualmente, 200 mil pessoas morrem no país em decorrência do fumo.



Agora é lei

Saneamento para todos

Sancionada em 5 de janeiro, a Lei 11.455/07 estabelece as diretrizes nacionais para o setor de saneamento básico no Brasil. A meta é que, nos próximos 20 anos, todos os municípios do país tenham acesso ao saneamento básico – serviços de abastecimento de água, rede de esgoto e drenagem de águas pluviais, além da coleta de lixo para garantir a saúde da população. A lei determina investimentos no setor de R\$ 10 bilhões por ano, sendo R\$ 3 bilhões provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento.

A política aprovada define o papel de cada operador público de prestação de serviço, quem é responsável pelo planejamento da expansão das redes de água e esgoto e pela regulação que definirá a qualidade do serviço, o atendimento ao consumidor e a amortização dos investimentos feitos pelos órgãos públicos.

A lei criou mecanismos que garantem à sociedade informações, representação técnica e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico. Será criado o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), a ser disponibilizado na internet, que permitirá e facilitará o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços.

Estão previstas regras para o corte dos serviços no caso de inadimplência do usuário, que deverá ser informado com antecedência mínima de 30 dias. Somente hospitais, escolas, asilos e penitenciárias têm garantia do fornecimento.

Frases

“Lá no Ceará, nós já discutimos aquecimento global há uns trezentos anos, porque lá nós sempre fomos muito aquecidos. Mas, agora, temos a oportunidade de produzir energia limpa, energia eólica, e estamos deixando passar essa oportunidade”

Ignácio Arruda, ao comentar o potencial de seu estado no controle da emissão de poluentes na atmosfera.

“O problema da violência no país não pode ser reduzido a essa agenda. É um erro reduzir a crise da violência à questão da maioria”

Aloizio Mercadante, que propôs a criação de subcomissão para elaborar um pacote de projetos na área de segurança pública.

“É o maior festival de clientelismo e fisiologismo. Não se debatem programas. Só se vê discussão na base do governo sobre cargos, carginhos e cargões”

Tasso Jereissati, sobre a negociação entre Lula e partidos aliados para a reforma ministerial.

“Entendo que o dever de prestar educação à criança não é exclusivo do Estado, mas dos demais segmentos da sociedade. Segundo pesquisa, das 13 milhões de crianças do país entre zero e três anos, apenas 11,7% têm acesso a creches”

Paulo Paim, ao defender o projeto que obriga empresas com mais de 70 empregados a garantir creche e pré-escola gratuitas aos filhos e dependentes de trabalhadores.

“A democracia jamais será democracia se não tivermos os partidos pequenos. Vamos querer um condomínio de grandes partidos para dividir dinheiro público e se perpetuar no poder?”

Marcelo Crivella, sobre a decisão do Plenário de reduzir os recursos do Fundo Partidário para os pequenos partidos.

“Neste governo, só o Banco Central entregou a mercadoria prometida”

Arthur Virgílio, durante audiência pública com o presidente do BC, Henrique Meirelles.

Foto da Semana

Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada na última quarta-feira, aprova a criação de um grupo de trabalho composto por seis senadores para analisar as propostas sobre segurança. O colegiado vai discutir desde a redução da maioria penal até sugestões como a unificação das polícias e alterações no Orçamento. O grupo terá 45 dias para apresentar suas conclusões



J. FREITAS

Rádio discute aquecimento do planeta

As medidas preventivas para garantir um futuro melhor para a humanidade e o papel do Congresso no debate sobre o aquecimento global são o tema desta segunda-feira do programa Conexão Senado, da Rádio Senado, que começa às 12h desta segunda-feira.

Os debatedores comentarão o relatório recentemente divulgado pela ONU que aponta a influência das atividades humanas na elevação da temperatura do planeta.

Segundo o estudo, o clima deve sofrer mudanças, gerando ondas de calor, derretimento

das calotas polares e furacões. A Amazônia, de acordo com o documento, será uma das regiões mais afetadas na América do Sul. Depois do anúncio, o Senado envolveu-se no problema e criou a Subcomissão do Aquecimento Global.

O ouvinte pode enviar sugestões pelo telefone (61) 3311-1261, pelo fax (61) 3311-2777 ou pelo e-mail conexao@senado.gov.br.

Grandes momentos do violão brasileiro
Já a programação do Música do Brasil deste sábado (dia 10, às 16h), com reprises domingo



GREENPEACE/HEIKE GRASSER

Enchente nos Estados Unidos: mudanças climáticas preocupam especialistas e geram debates acalorados em todo mundo

(11h) e quarta-feira (23h), apresenta o virtuosismo do violão de dois grandes compositores brasileiros, Guinga e Canhoto (Américo Jacobino). Entre as músicas em destaque estarão Blanchiana, Cheio de Dedos, Dá

o Pé Louro, Me Gusta a Lagosta, Picotado e Desconcertante, de Guinga, e Belo Horizonte, Saudades de Minha Aurora, Acordes de Violão, Abismo de Rosas, Alvorada de Estrelas e Devaneio, de Canhoto.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3

- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2

- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Inscrições para cursos do Interlegis ainda abertas

O Programa Interlegis dará início, nesta segunda-feira, às aulas de 13 novos cursos a distância com a finalidade de capacitar servidores da esfera legislativa de todo o país. Os cursos também serão abertos ao público em geral.

Mesmo com as aulas já em andamento, os interessados ainda poderão se matricular até 20 de março. Os retardatários terão de cumprir os módulos iniciais com maior rapidez, pois devem terminar em até dois meses o programa de cada curso, com carga básica que varia entre

20h e 30h.

Serão ministrados cursos na área de Orçamento Público, Lei de Responsabilidade Fiscal, Licitações e Contratos, Correspondência Oficial, Noções Básicas de Administração, Busca da Qualidade, Fundamentos de Ensino a Distância e Introdução ao Jornalismo Legislativo.

Para a matrícula, os candidatos devem acessar o portal do Interlegis na internet, em www.interlegis.gov.br, efetuar o cadastro e obter uma senha que lhe permitirá escolher o curso e acessar os módulos das aulas.

RESENHA

Filosofia de Farias Brito, paixão pela verdade

ALEXANDRE GUIMARÃES

Ao fazer a distinção entre a filosofia e a ciência, o filósofo cearense Raimundo de Farias Brito afirmava que a primeira é uma “atividade permanente do espírito humano”, e a segunda, “produto dessa mesma atividade”. Numa imagem: “A filosofia é como uma árvore de que resulta como fruto a ciência”.

Em três volumes, a série Edições do Senado Federal apresenta os Ensaios sobre a Filosofia do Espírito, de Farias Brito: A Verdade como Regra das Ações, de 1905; A Base Física do Espírito, de 1912; e O Mundo Interior, de 1914.

Realizadas na época em que morou em Belém do Pará – onde foi professor da Faculdade de Direito entre 1902 e 1909 –, e no Rio de Janeiro – onde esteve à frente da cátedra de Lógica no Colégio Pedro II até o fim de sua vida, em 1917 –, as obras expressam a síntese do pensamento do autor.

Para Farias Brito, filosofia é “paixão e amor: paixão pela verdade, amor do conhecimento”; e a busca contínua do espírito é a verdade, que deve tornar-se a regra das ações humanas. Eis

a “nova filosofia do espírito”, cujo fim é a regeneração moral da sociedade.

Em seus dois últimos livros, o filósofo aprofunda seu pensar e aborda os problemas da existência e da realidade. “A existência universal tem duas formas fundamentais: uma forma objetiva, [...] a realidade exterior, o mundo da natureza e dos corpos; e uma forma subjetiva, [...] a consciência, o ser sensível e pensante, ou numa palavra, o espírito.”

O mundo exterior, para o autor, é, deste modo, um mundo de fenômenos, em que o existir é um “vir-a-ser contínuo”. Por outro lado, para o espírito, “a existência consiste em sentir e pensar, perceber e reconhecer”.

A importância de Deus em sua obra é inegável. Crítico do materialismo e do relativismo, o filósofo tem uma visão espiritualista. À beira do pensar panteísta afirma, em O Mundo Interior: “Eis, pois, a mais alta verdade: Deus é a suprema Inteligência.”

Ler Farias Brito é sentir a realidade inefável da filosofia em nosso cotidiano.



REPRODUÇÃO

Reprodução de Farias Brito

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. Os livros integram a série Edições do Senado Federal. A verdade como regra das ações pode ser adquirida por R\$ 10; A base física do espírito e O mundo interior, R\$ 20 cada. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

Senado entrega o Diploma Bertha Lutz

O Congresso realizará nesta quarta-feira, às 10h, sessão solene para comemorar o Dia Internacional da Mulher e para a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz de 2007. O prêmio é concedido anualmente a mulheres que se destacam na defesa da cidadania e dos direitos humanos e políticos das brasileiras. Este ano, as agraciadas são: Ivana Farina Navarrete Pena, de Goiás; Maria Yvone Loureiro Ribeiro, de Alagoas; Moema Libera Viezzer, do Paraná; Beatriz Moreira Costa, do Rio de Janeiro; e Sueli Batista

dos Santos, de Mato Grosso.

Ivana Pena, promotora de Justiça, participa do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e é diariamente con-

frontada em seu trabalho por aqueles que buscam manter o poder adotando continuamente situações atitudes que violam direitos, geralmente em ações de abuso.

A funcionária pública e economista Maria Yvone Ribeiro tem uma trajetória de luta contra a ditadura e em prol dos direitos humanos. Perseguida durante a ditadura militar, teve seu marido assassinado no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Beatriz Costa, conhecida como Mãe Beata de Iemanjá, desenvolve trabalhos relacionados à educação, saúde, ao combate ao sexismo e ao racismo e luta pela preservação do meio ambiente.

Já Moema Viezzer é considerada uma das figuras mais importantes do país na área de educação para novas relações de gênero e proteção ao meio ambiente. Outra agraciada, Sueli dos Santos articulou a parceria da Associação de Mulheres de Negócio e Profissionais de Cuiabá, da qual é fundadora, com a

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que resultou em programas de incentivo ao empreendedorismo.

As candidatas foram escolhidas dentre outras 50. O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, presidido pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), é composto ainda pelos senadores Geraldo Mesquita (PMDB-AC), Papaléo Paes (PSDB-AP), Roseana Sarney (PMDB-MA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Augusto Botelho (PT-RR), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Magno Malta (PR-ES) e

Patricia Saboya Gomes (PSB-CE).

O Dia Internacional da Mulher é comemorado oficialmente em 8 de março e foi instituído em 1975, pela Organização das Nações Unidas (ONU), para reverenciar o episódio trágico ocorrido nos Estados Unidos, em 1857, quando 129 operárias de uma fábrica têxtil morreram em um incêndio no momento em que faziam greve por melhores condições de trabalho.

Prêmio lembra luta por direitos políticos

Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894. Era filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista e pioneiro da medicina tropical, Adolfo Lutz. Ela é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras por ter sido responsável pela aprovação da legislação que lhes outorgou o direito de votar e serem votadas.

Em 1975, Bertha foi convidada a integrar a delegação do país no primeiro Congresso Internacional da Mulher, promovido pela ONU e realizado no México. Ela faleceu em 16 de setembro de 1976.



Ivana Farina Navarrete



Beatriz Costa, a Mãe Beata



Moema Libera Viezzer



Sueli Batista



Maria Yvone Ribeiro

Veja mais informações sobre as agraciadas com o prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz no endereço: www.senado.gov.br/agencia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Sueli Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Casamento implica obrigações

Os pais costumam dizer aos filhos para pensar bem antes de casar, que casamento é coisa séria. De fato, por sua importância na sociedade, o casamento é uma instituição que tem leis próprias com obrigações muitas vezes

ignoradas pelos noivos. Um casamento equivale a uma sociedade em que os cônjuges assumem responsabilidades entre si e com relação aos filhos. Não são apenas renda e patrimônio que estão envolvidos, mas

também outras obrigações de assistência mútua. Por conta disso, são necessárias diversas providências para casar. Nesta edição, o *Especial Cidadania* mostra o que significa casar, do ponto de vista legal. Na próxima semana, é a vez da união estável.

Regras estão na Constituição

O capítulo da Constituição sobre o casamento – definido como a união plena de vida entre um homem e uma mulher (a lei brasileira não admite o casamento entre pessoas do mesmo sexo) – começa determinando que os cônjuges tenham os mesmos direitos e deveres em relação a todos os aspectos da união.

Podem casar os maiores de 16 anos, desde que autorizados pelos pais. Se os pais discordarem sobre a autorização, devem recorrer ao juiz para resolver o impasse. O menor também pode recorrer ao juiz se os pais não concordarem com o casamento.

Em caso de gravidez, os pais podem, excepcionalmente, autorizar o casamento de menores de 16 anos. Os pais têm ainda o direito de revogar a autorização a qualquer momento, impedindo a realização do casamento do menor.

Para casar é preciso dar entrada no processo de habilitação, em que o cartório identifica as pessoas e faz uma pesquisa para ver se não há impedimento para a união.

O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher dizem ao juiz que querem casar e ele os declara casados. A habilitação, a celebração e a primeira certidão são gratuitas para as pessoas que declararem não ter condições de pagar.

Já o casamento religioso só tem efeito civil se for registrado no cartório, também depois de concluído o processo de habilitação.

Para todos os efeitos legais, o casamento só termina com o divórcio, que pode ser requerido depois de um ano da separação judicial ou depois de dois anos da separação de fato do casal, que deve ser provada ao juiz.

A lei proíbe qualquer tentativa de interferência na vida conjugal ou familiar. Exceção é feita a pedidos de anulação do casamento, se, antes da celebração, tenha havido alguma ilegalidade, como um casamento anterior ainda vigente (veja lista).



Preocupados com a festa, a lua-de-mel e a nova casa, os casais nem sempre sabem quais os deveres assumidos perante a lei

Direitos e deveres dos cônjuges

Segundo o Código Civil (Lei 10.406/2002), ao casarem, homem e mulher assumem a condição de consortes e companheiros e ambos são responsáveis pela família, tendo os seguintes deveres:

- ▶ fidelidade;
- ▶ vida em comum, na residência do casal;
- ▶ assistência um ao outro;
- ▶ sustento, guarda e educação dos filhos; e
- ▶ respeito e consideração mú-

tuos.

O casamento é também uma forma de sociedade, dirigida pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos. Assim, o casal é obrigado, cada um na proporção de seus bens e da sua renda, a sustentar a família e a educar os filhos, qualquer que seja o regime de bens do casamento. Havendo divergência, qualquer dos cônjuges poderá recorrer ao juiz, que decidirá considerando esses interesses.

O casamento passo a passo

Os noivos devem procurar um cartório de registro civil, fazer um requerimento e entregar os seguintes documentos:

- ▶ certidão de nascimento;
- ▶ se um ou os dois forem menores, autorização por escrito dos pais ou responsáveis ou documento de emancipação;
- ▶ declaração de duas testemunhas maiores de idade em que afirmem conhecê-los e não existir impedimento para o casamento;
- ▶ declaração do estado civil, do domicílio e da residência atual dos noivos e dos seus pais; e
- ▶ se um ou os dois já foram casados, certidão de óbito do cônjuge falecido, ou de sentença de anulação de casamento transitada em julgado, ou do registro da sentença de divórcio.

É dever do oficial do registro (tabelião) esclarecer os noivos sobre o que pode causar a invali-

dade do casamento e os diversos regimes de bens do casamento.

Recebidos os documentos, o tabelião consulta o Ministério Público e envia o processo para homologação pelo juiz. Se estiver tudo em ordem, o oficial afixa um edital no cartório durante 15 dias e o publica na imprensa local, se houver. Em seguida é emitido o certificado de habilitação, com validade de 90 dias, para que o casamento possa ser celebrado.

A lei exige que a solenidade seja pública, com as portas do local abertas e com pelo menos duas testemunhas. Devem estar presentes o presidente do ato (juiz de paz), o tabelião, os noivos e as testemunhas. É exigência legal que os noivos declarem de viva voz que querem casar de livre e espontânea vontade. O registro do casamento no livro de registros deve ser feito até cinco dias depois da cerimônia.

Não podem casar:

- ▶ Pais com filhos, mesmo os adotivos; irmãos com irmãs, mesmo adotivos; tios com sobrinhas.
- ▶ Pai ou mãe adotivo com o marido ou a mulher do filho adotado e vice-versa.
- ▶ Genro/nora com sogra/sogro; padrastra/madrasta com enteada/enteado; irmão/irmã com cunhada/cunhado;
- ▶ O tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem quitadas as respectivas contas;
- ▶ As pessoas casadas;
- ▶ O viúvo/viúva ou o marido/mulher cujo cônjuge foi vítima de homicídio ou de tentativa de homicídio, com o condenado(a) pelo homicídio ou pela tentativa de homicídio;
- ▶ O viúvo/viúva que tiver filho

- do cônjuge falecido, enquanto não for feito o inventário e a partilha dos bens;
- ▶ A viúva ou a mulher cujo casamento foi anulado, até dez meses depois do começo da viuvez ou da anulação (isso porque a lei define que o pai de um filho nascido na vigência do casamento é o marido – assim, se a viúva estiver grávida, o filho deve nascer antes que ela se case novamente, para que o falecido possa ser declarado pai);
- ▶ O divorciado, enquanto não houver feita a partilha dos bens do casal;
- ▶ Qualquer pessoa pode, até o momento da celebração, opor-se ao casamento em razão da existência de qualquer um dos impedimentos acima. Já o juiz e o oficial do cartório são obrigados a declarar qualquer impedimento ao casamento de que tiverem conhecimento.

Quando a união não é válida

Em alguns casos, o casamento é considerado nulo, como quando um dos noivos tiver problemas mentais que o deixe sem capacidade de discernimento ou quando os noivos estiverem incluídos entre os casos listados acima. Para que seja decretada a nulidade do casamento, qualquer interessado ou o Ministério Público deve entrar com uma ação na Justiça. Pode ser considerado nulo o casamento:

- ▶ do incapaz de consentir ou de manifestar claramente o consentimento;
- ▶ de quem foi forçado a casar;
- ▶ de quem não completou a idade mínima para casar;
- ▶ do menor que tenha idade para casar, mas não tenha autorização do responsável legal (exceto em caso de gravidez);
- ▶ de quem cometeu erro essencial sobre o cônjuge (não sabia e descobriu, depois do casamento, fatos sobre a vida dele/dela).

"Erros essenciais" também podem levar à anulação do casamento ainda que tenham sido descobertos depois do enlace por tornarem insuportável a vida em comum:

- ▶ os de identidade, honra e reputação;
- ▶ a ignorância de crime ocorrido antes do casamento;
- ▶ a ignorância de defeito físico ou de doença grave e transmissível por contágio ou por herança genética (capaz de pôr em risco a saúde do outro cônjuge); e
- ▶ a revelação de doença mental grave.

A anulação do casamento entre menores pode ser requerida por eles mesmos, por seus pais, avós ou advogados. Porém, ninguém pode pedir a anulação do casamento entre menores sem autorização, caos seus responsáveis legais estejam presentes.

Para cada caso a lei estabelece um prazo diferente para que seja apresentada a ação que pede a nulidade do casamento.

Saiba mais

Projetos de lei

PEC 34/05 - Dispõe sobre a gratuidade da primeira emissão das certidões de nascimento, casamento e óbito. Autor: senador Pedro Simon (PMDB-RS)

PLC 73/01 - Dispõe sobre a conversão da união estável em casamento.

PL-6672/06 - Permite que a habilitação para o casamento seja

realizada pessoalmente perante o oficial de registro, no cartório de registro civil, após audiência do Ministério Público.

SUG-230/06 - Institui obrigações legais para o casamento ou união estável.

SUG-173/05 - Propõe o Casamento Social Religioso, em que todas as entidades sociais, religiosas ou não, possam realizar a celebração do casamento civil.